Estado do Rio de Janeiro

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA

PROTOCOLO

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
PROTOCOLO MUNICIPAL
Nº:20679 /9 / 2026
DATA: 28/09/2026- 13:02:01
ASSUNTO: RECURSO
REQ: BOM PASTOR COMERCIO E SERVIÇOS VETE
SENHA: 6JF953C

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
PROCESSO SOB Nº 20679
FLS. Nº 02
E. 18/09/2026
Assinatura / Carimbo

ILUSTRÍSSIMO SENHOR PREGOEIRO DO MUNICÍPIO DE ARARUAMA/RJ

COM PEDIDO DE ENCAMINHAMENTO À AUTORIDADE SUPERIOR COMPETENTE, NA HIPÓTESE DE NÃO RECONSIDERAÇÃO

Pregão Eletrônico SRP nº 045/2026

Processo Administrativo nº 10.257/2026

Objeto: Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada na prestação de serviços veterinários integrados destinados à Clínica Animal Municipal (SEAGR)

Recorrente: BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA.

Recorrida: F F PERES CLÍNICA VETERINÁRIA LTDA.

BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA., pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 09.310.829/0001-65, vem, respeitosamente, com fundamento no art. 165, inciso I, alínea "c", da Lei nº 14.133/2021 e no item 14 do Edital, interpor o presente

RECURSO ADMINISTRATIVO

em face da decisão que declarou **HABILITADA** a licitante **F F PERES CLÍNICA VETERINÁRIA LTDA.**, lastreada no Parecer Técnico da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Proteção Animal, pelas razões de fato e de direito a seguir articuladas.

I – DA ADMISSIBILIDADE: CABIMENTO, TEMPESTIVIDADE, LEGITIMIDADE E INTERESSE RECURSAL

1. O ato de habilitação de licitante é expressamente recorrível, nos termos do art. 165, inciso I, alínea "c", da Lei nº 14.133/2021 e dos itens 14.2 e 14.4 do Edital. A Recorrente manifestou

tempestivamente, em campo próprio do sistema, a intenção de recorrer, e apresenta as presentes razões dentro do prazo de 3 (três) dias úteis previsto no art. 165, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 e no item 14.3 do instrumento convocatório, contado da lavratura da ata em 22 de setembro de 2026.

2. A legitimidade e o interesse recursal são manifestos. A Recorrente participou do certame, teve sua própria habilitação examinada pela mesma unidade técnica e ostenta interesse jurídico direto na correta aplicação das regras editalícias a todos os concorrentes. A manutenção de habilitação irregular da única licitante remanescente produz efeito imediato sobre o resultado do certame, sobre a possibilidade de reexame das demais decisões de habilitação e, em última análise, sobre a própria validade do procedimento, de modo que a pretensão recursal é útil e necessária.

3. Requer-se, desde logo, que o recurso seja recebido com o **efeito suspensivo** assegurado pelo art. 168 da Lei nº 14.133/2021 e pelo item 14.9 do Edital, vedando-se a prática de quaisquer atos de adjudicação, homologação ou assinatura da Ata de Registro de Preços até decisão final da autoridade competente.

II – SÍNTESE DOS FATOS

4. O certame destina-se ao registro de preços de serviços veterinários integrados — castrações, exames laboratoriais e de imagem, cirurgias, internações, isolamento, alojamento e captura —, com valor estimado de **R$ 4.964.813,04**, sob julgamento por menor preço global e **com inversão de fases**, de modo que a habilitação antecedeu a apresentação de lances.

5. Três empresas apresentaram propostas, e após a análise de habilitação, a MALU VETERINÁRIA E PETSHOP LTDA. foi desclassificada e a Recorrente foi inabilitada, restando a F F PERES CLÍNICA VETERINÁRIA LTDA. como **única licitante habilitada.** Sem qualquer concorrente em disputa, a Recorrida ofertou, em 22/09/2026, lance manual de R$ 4.286.341,32 e, em negociação, R$ 4.278.466,32, conforme Relatório de Lances e Resultado Parcial da Disputa disponibilizado na plataforma.

6. A inabilitação da Recorrente fundou-se em parecer técnico de sete laudas, no qual a Secretaria requisitante examinou item a item o instrumento convocatório e apontou a ausência de data de início em atestado, a ausência de quantitativos executados, a insuficiência de vínculo documental da

PROCESSO Nº 20679
FLS. 03
RUBRICA:

equipe e divergência de endereço da estrutura física, e chegou a calcular os quantitativos mínimos exigidos (3.030 castrações e 15.834 exames, "sem prejuízo da aferição individualizada por subitem").

7. Em contraste frontal, o parecer que habilitou a Recorrida, subscrito pela mesma autoridade e na mesma data, limita-se a afirmações genéricas — "os documentos técnicos apresentados comprovam experiência", "não foram identificadas insuficiências documentais", "a documentação apresentada demonstra o atendimento das exigências" — **sem mencionar um único atestado, um único quantitativo, uma única data, um único subitem do Edital ou um único profissional**. É contra esse ato que se insurge a Recorrente.

III – DO MÉRITO

III.1 – Da inversão de fases

8. A Administração optou, deliberadamente, por antecipar a habilitação ao julgamento das propostas. O art. 17, § 1º, da Lei nº 14.133/2021 admite essa inversão apenas "mediante ato motivado com explicitação dos benefícios decorrentes", e o benefício que a justifica é, precisamente, o de assegurar que somente empresas com aptidão técnica comprovada acedam à fase competitiva. O próprio Edital reforça esse desenho ao exigir garantia de proposta em razão da "complexidade operacional dos serviços" (item 17.1.1) e ao estabelecer requisitos técnicos robustos: três anos de experiência (12.4.8.6), execução pretérita de 50% das parcelas de maior relevância, parcelas essas **NÃO DEFINIDAS OBJETIVAMENTE** (12.4.8.7), atendimento 24 horas, estrutura com dois centros cirúrgicos, internação simultânea, isolamento e veículos adequados (12.4.8.1 e 12.4.9).

9. Num procedimento assim concebido, a análise de habilitação não é etapa acessória: é o núcleo do julgamento. E, no caso concreto, tornou-se o único juízo efetivamente decisório, porque a habilitação isolada da Recorrida eliminou qualquer disputa de preços — a "economia" de 13,82% resultou de negociação com licitante única, e não de competição. Quando o filtro técnico é o único fator que define o vencedor, a exigência de rigor, de objetividade e de motivação se intensifica, e não o contrário.

10. Causa espécie, portanto, que num certame estruturado para que a qualificação técnica prevalecesse, a habilitação da vencedora tenha se apoiado, nas parcelas decisivas, em **atestado**

PROCESSO Nº 20679
FLS. 04
RUBRICA:

emitido por um comércio de insumos de agropecuária e pet shop (AGNC Comércio e Serviços Ltda. – "Efraim Agropet") para comprovar a execução de serviços **MÉDICO-VETERINÁRIOS**, e em atestados públicos com quantitativos **INVARIAVELMENTE REDONDOS E REDIGIDOS EM LINGUAGEM DE "FORNECIMENTO"** — conforme se demonstra a seguir.

III.2 – Da ausência de motivação do parecer que habilitou a Recorrida e da violação à isonomia

11. A motivação é princípio expresso da Lei nº 14.133/2021 (art. 5º), a Lei nº 9.784/1999, aplicável subsidiariamente, exige que a motivação seja "explícita, clara e congruente". O próprio Edital impõe decisão fundamentada para o saneamento de falhas e decisão motivada no julgamento da habilitação.

12. O parecer de fls. 696/700 não satisfaz nenhum desses parâmetros. Trata-se de texto que serviria, sem alteração de uma vírgula, para habilitar qualquer licitante em qualquer certame de serviços veterinários: não identifica os atestados examinados, não indica os períodos de execução, não realiza o somatório dos quantitativos, não confronta o resultado com os mínimos do item 12.4.8.7, não verifica a data de emissão dos atestados à luz do item 12.4.4 e não individualiza a equipe técnica nem a estrutura física. Afirmações conclusivas desacompanhadas das premissas que as sustentam não constituem motivação, mas mera declaração de resultado.

13. O vício é agravado pela comparação com o parecer que inabilitou a Recorrente, lavrado pela mesma autoridade, na mesma data e no mesmo processo. A tabela abaixo evidencia a assimetria de tratamento:

Critério	**Parecer – Bom Pastor (fls. 683/689)**	**Parecer – F F Peres (fls. 696/700)**
Item 12.4.8.6 (3 anos)	Examinado; exigida data de início e fim de cada atestado	Não examinado; nenhuma data mencionada
Item 12.4.8.7 (50% de castrações e exames)	Calculados os mínimos (3.030 castrações; 15.834 exames) e aferição "por subitem"	Nenhum cálculo; nenhum quantitativo mencionado

PROCESSO Nº 20679
FLS. 05
RUBRICA:

Critério	Parecer – Bom Pastor (fls. 683/689)	Parecer – F F Peres (fls. 696/700)
Item 12.4.4 (momento de expedição do atestado)	Atestado sem data de início considerado imprestável	Não examinado, embora dois atestados não tenham data de início e um sequer tenha data de emissão
Distinção entre previsão contratual e execução	"A previsão contratual [...] não demonstra quanto foi efetivamente executado, medido, recebido e aceito"	Não aplicada a quantitativos redondos e múltiplos exatos
Item 12.4.8.8 (equipe)	Exigidos CTPS, eSocial, contratos e certidões individuais do CRMV	Aceitas capturas de tela sem data e contratos de autônomos vinculados a outro Município
Estrutura física (12.4.9)	Exigido vínculo documental entre fotos, endereço e licenças	Não examinada; aceita fotografia duplicada como "centro cirúrgico 2"

Tabela 1 – Comparativo dos critérios efetivamente aplicados pela Secretaria requisitante às duas licitantes.

14. A isonomia e o julgamento objetivo impõem que o **mesmo grau de exigência** seja aplicado a todos os licitantes. Se a Administração entendeu — como entendeu — que atestado sem data de início não se presta à aferição do item 12.4.4, que previsão contratual não equivale a execução e que a mera relação de profissionais não comprova vínculo, tais premissas vinculam o exame da documentação da Recorrida. Aplicar régua rigorosa a uma licitante e dispensar qualquer régua à outra configura tratamento anti-isonômico, que vicia o ato na origem.

15. Registre-se, apenas para evidenciar a necessidade de reexame técnico cuidadoso, que os próprios parâmetros quantitativos adotados no parecer da Recorrente demandam conferência: o somatório das castrações previstas no Termo de Referência (itens 1 a 8) alcança 6.960 unidades — e não 6.060 —, e o total de exames lá enumerados (7.008 + 1.500 + 1.008 + 23.160) perfaz 32.676 — e não 31.668, cifra que corresponde à soma sem a ultrassonografia. O dado reforça que a verificação quantitativa, quando efetivamente realizada, exige memória de cálculo expressa — exatamente o que falta no parecer da Recorrida.

PROCESSO Nº 20679
FLS. 06
RUBRICA:

III.3 – Do atestado emitido por pet shop (AGNC Comércio e Serviços Ltda. – "Efraim Agropet") para comprovar serviços médico-veterinários

16. O item 12.4.3 do Edital exige que os atestados digam respeito "a contratos executados com características compatíveis com o objeto da contratação", e o art. 67, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 refere-se à demonstração de "capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior". Não basta, pois, que o documento contenha uma lista de procedimentos: é indispensável que a relação jurídica atestada seja verossímil e compatível com a natureza do emitente.

17. O atestado em exame é firmado pela AGNC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA., que se identifica como "Efraim Agropet", estabelecimento de comércio varejista de produtos agropecuários e para animais de estimação. Esse emitente declara que a Recorrida lhe presta, desde 06/08/2024, serviços que nenhuma loja de produtos para animais contrata para si, a saber:

a) **captura de 310 animais** de pequeno, médio e grande porte, e **22.000 diárias de alojamento "para até 100 animais de pequeno porte"**, além de **4.500 diárias de alojamento de animais de médio e grande porte** — atividades próprias de políticas públicas de controle populacional e de abrigo de animais errantes, e não de comércio varejista;

b) **100 eutanásias de animais de médio e grande porte**, **100 amputações**, **100 esplenectomias**, **100 tomografias computadorizadas**, **100 endoscopias** e **1.000 internações de urgência e emergência**;

c) vacinas contra **tétano, influenza e encefalomielite** (200 unidades de cada), imunizantes típicos de equídeos, e "carretinha de 2 eixos para animais de grande porte";

d) "equipe mínima necessária" composta por gerente/gestor, tratadores/laçadores, motoristas, auxiliares e **quatro médicos veterinários**, além de "veículo com motorista (atendimento 24 hs)".

18. O conteúdo do documento não descreve a relação de um comerciante com um prestador de serviços clínicos: reproduz, em sua estrutura ("transporte para resgate", "equipe mínima necessária", "serviços de alojamento, isolamento e captura"), a planilha típica de um termo de referência público de

PROCESSO Nº 20679
FLS. 07
RUBRICA:

proteção animal — inclusive com itens praticamente idênticos aos do presente certame, como "tratamento de tumor venéreo transmissível", "teste de esporotricose e erlichia", "cirurgia ortopédica", "internação" e "captura". Não se explica por que um pet shop contrataria, por dois anos, uma clínica para capturar animais, alojar até cem animais por dia, eutanasiar animais de grande porte e realizar tomografias.

19. As incongruências internas reforçam a inconsistência do documento: (i) os itens 1 a 7 (veículo, carretinha, gerente, tratadores, médicos veterinários, motoristas e auxiliares) são quantificados em "1 MÊS", "2 MÊS" e "4 MÊS", o que é incompatível com uma relação que teria se iniciado em agosto de 2024 e permaneceria "vigente até a presente data"; (ii) a linha "RAIO-X – 700" aparece sem número de item, seguida de três subitens de 100 radiografias, sem que se saiba se 700 é total ou parcela; (iii) o emitente se qualifica simultaneamente como "EIRELI" e "LTDA."; (iv) o endereço do cabeçalho (Praça da Bandeira, CEP 28.980-148) diverge do rodapé (Pedrinhas, CEP 28.970-000); e (v) não há indicação de contrato, de ordens de serviço, de notas fiscais ou de qualquer elemento que permita aferir a medição mencionada no próprio texto.

20. A relevância desse atestado não é periférica: **é ele que sustenta, praticamente sozinho, o atendimento do item 12.4.8.7 quanto aos exames bioquímicos e às radiografias**. O Termo de Referência prevê 23.160 exames bioquímicos, **quantitativo sem quaisquer tecnicidade e aderência a parâmetros proporcionais**, considerados como "mínimo" 11.580 unidades, e para 1.500 radiografias, o "mínimo" de 750. O atestado de Macaé não contempla nenhum desses exames. Dos 11.900 exames bioquímicos somados pela Recorrida, **11.200 PROVÊM DA CAPACIDADE TÉCNICA DE SERVICOS MÉDICOS VETERINÁRIOS AFERIDOS POR UM COMÉRCIO DE INSUMOS DE AGROPECUÁRIA E PET SHOP**. Fenômeno análogo ocorre com a captura (310 atestadas pelo pet shop, para um mínimo de 300 no item correspondente do TR). A coincidência entre quantitativos "fracionados" e os patamares mínimos do certame é, no mínimo, circunstância que impõe diligência aprofundada.

21. Acrescente-se que a própria Recorrida está registrada no CRMV-RJ, e anotada em ART, com os ramos de atividade "PET SHOP", "BANHO E TOSA" e "VENDA DE ANIMAIS", e que ambas as empresas atuam no mesmo Município. A Administração dispõe, portanto, de meio simples e objetivo de verificação: a consulta, no sistema de Nota Fiscal de Serviços Eletrônica do próprio Município de

PROCESSO Nº 20679
FLS. 08
RUBRICA:

Araruama, das notas emitidas pela Recorrida em favor da AGNC no período de agosto de 2024 a setembro de 2026, com os respectivos valores e discriminação de serviços. A ausência de notas compatíveis com 22.000 diárias de alojamento, 11.200 exames bioquímicos e centenas de cirurgias de alta complexidade desautoriza, por si, a validade do atestado.

III.4 – Dos quantitativos de previsão contratual

22. O item 12.4.8.7 exige "execução pretérita". Serviços efetivamente executados e medidos por ordens de serviço — castrações, hemogramas, internações — produzem, por sua natureza, números irregulares. Quantitativos exatos e redondos são característicos de **estimativas contratuais** e de **atas de registro de preços**, e não de medições. Foi exatamente essa a premissa adotada pela Secretaria ao inabilitar a Recorrente: "a previsão contratual de determinados serviços ou quantitativos representa obrigação ou estimativa de contratação, e não demonstra, por si só, quanto foi efetivamente executado, medido, recebido e aceito" (fls. 685).

23. Aplicada essa mesma premissa aos atestados da Recorrida, o resultado é eloquente:

Atestado	Quantitativos declarados	Observação
Macaé (Contrato nº 179/2023-FMS)	5.400; 3.600; 5.400; 3.600; 12.000; 6.000; 6.000; 3.000; 9.000; 18.000; 18.000; 1.800	**Todos os 12 itens são múltiplos exatos de 600.** Eletrocardiogramas (18.000) em número idêntico ao de hemogramas (18.000).
AGNC – Efraim Agropet	38 itens de exatamente 100; 15 itens de exatamente 200; demais: 22.000, 4.500, 4.000, 1.000, 11.200 etc.	53 de 64 linhas de serviços com 100 ou 200 unidades exatas.
Iguaba Grande	100; 100; 100; 100; 400; 400; 400	Todos redondos; sem contrato, sem período, sem data de início.
Araruama	3.000; 300; 300; 100; 100	Todos redondos; **documento sem data**, sem contrato e sem período.

Tabela 2 – Quantitativos constantes dos atestados apresentados pela Recorrida (documentos de habilitação).

24. No atestado de Macaé, a probabilidade de que doze contagens reais de procedimentos executados ao longo de três anos resultem, todas, em múltiplos exatos de 600 é praticamente nula. O padrão é compatível com quantitativos de contrato ou de ata, eventualmente multiplicados por aditivos, e não com produção efetivamente medida. Somam-se a isso as dimensões do volume declarado: **45.000 castrações** entre 27/07/2023 e 20/08/2026 — cerca de 1.120 dias — equivalem a aproximadamente **40 cirurgias por dia, todos os dias, inclusive domingos e feriados**, além de 9.000 internações e 18.000 eletrocardiogramas, exame que sequer integra o objeto aqui licitado.

25. O atestado de Macaé é, ademais, o único que sustenta o requisito temporal de três anos (item 12.4.8.6) e as parcelas de castrações e de ultrassonografias. Sem ele, a Recorrida comprovaria apenas 500 castrações, para um mínimo de 3.030, segundo o parâmetro da própria Secretaria **DEFINIDO DE FORMA OBJETIVA SÓ APÓS O CERTAME,** e 100 ultrassonografias, para o então "mínimo" de 504. Sua higidez é, portanto, determinante para o resultado da habilitação, o que torna inescusável a ausência de qualquer verificação — providência que o item 12.4.6 do Edital expressamente autoriza, mediante exigência de "cópia do contrato que deu suporte à contratação", e que o art. 64 da Lei nº 14.133/2021 permite realizar a qualquer tempo.

III.5 – Da incompatibilidade entre os volumes atestados e a escrituração contábil da própria Recorrida

26. Os balanços e as demonstrações de resultado apresentados pela Recorrida para fins de qualificação econômico-financeira (ECD, livros nº 7 e nº 8) fornecem elemento objetivo adicional de aferição da verossimilhança dos atestados. Deles se extraem os seguintes dados:

Rubrica (DRE)	2023	2024	2025
Receita bruta	R$ 1.906.837,46	R$ 5.748.191,51	R$ 6.624.681,75
Salários e ordenados (ano)	R$ 41.244,78	R$ 130.929,35	R$ 142.994,48
Serviços prestados por terceiros	R$ 15.413,63	R$ 45,94	R$ 1.746.896,95
Custos dos serviços prestados	R$ 135.030,10	R$ 632.066,39	R$ 489.993,49

PROCESSO Nº 20679
FLS. 10
RUBRICA:

Rubrica (DRE)	2023	2024	2025
Material de uso e consumo	—	R$ 0,00	R$ 19.886,54
Lucro líquido	R$ 1.405.685,28	R$ 3.868.259,64	R$ 2.614.005,21

Tabela 3 – Dados extraídos das Demonstrações do Resultado do Exercício apresentadas pela Recorrida (ECD 2024 e 2025, com saldos comparativos).

27. Em 2024, ano em que, segundo os atestados, a Recorrida executaria simultaneamente o contrato de Macaé (ritmo aproximado de 15.000 castrações, 3.000 internações e 6.000 hemogramas por ano) e, a partir de agosto, os serviços para o Pet Shop, a folha de salários anual foi de R$ 130.929,35 — cerca de R$ 10.900,00 mensais, montante compatível com poucos empregados —, as despesas com serviços de terceiros somaram **R$ 45,94** e não houve **nenhum** registro de material de uso e consumo. Em 2023, a folha anual foi de R$ 41.244,78.

28. A título de ordem de grandeza, a valoração dos quantitativos do atestado de Macaé pelos preços unitários ofertados pela própria Recorrida neste certame — excluídos os eletrocardiogramas, que não têm preço na proposta — alcança cerca de **R$ 20,8 milhões**, montante superior a toda a receita bruta contabilizada pela empresa de 2023 a 2025 (R$ 14,28 milhões), receita essa que deveria remunerar, ainda, os serviços atestados por Araruama, Iguaba Grande e pelo Pet Shop. Reconhece-se que os preços praticados em Macaé podem ser inferiores; ainda assim, a desproporção é de tal ordem que, somada à estrutura de custos acima demonstrada, impõe à Administração o dever de exigir a comprovação documental da execução (contratos, notas de empenho, notas fiscais e boletins de medição) antes de reconhecer qualquer eficácia aos atestados.

29. Não se trata, frise-se, de reexaminar a capacidade econômico-financeira da Recorrida, mas de utilizar documentos que ela própria juntou aos autos como parâmetro objetivo de verossimilhança dos atestados de capacidade técnica. A Administração não pode reputar idôneos, simultaneamente, uma escrituração que registra custos ínfimos e atestados que descrevem operação de escala hospitalar.

PROCESSO Nº 20679
FLS. 11
RUBRICA:

III.6 – Da linguagem de "fornecimento": descaracterização dos serviços médico-veterinários

30. O objeto licitado é a **prestação de serviços médico-veterinários**, cujo núcleo — a prática da clínica, a cirurgia e a responsabilidade técnica pelos procedimentos — é atividade privativa do médico veterinário (Lei nº 5.517/1968, art. 5º) e somente pode ser explorada por pessoa jurídica regularmente registrada e licenciada para tanto. O Termo de Referência veda a subcontratação das atividades essenciais (item 24.2), e o art. 67 da Lei nº 14.133/2021 exige que a capacidade atestada seja a **do próprio licitante**.

31. Os atestados da Recorrida, todavia, descrevem de forma recorrente relações de **fornecimento**, e não de execução de atos médicos:

a) Araruama: a empresa "**forneceu exames** para a Clínica Animal", "não havendo reclamação ou objeção quanto à qualidade dos **produtos** e quanto à liberação da garantia contratual";

b) Iguaba Grande: a empresa "**forneceu**, até o presente momento, conforme contrato de prestação de serviços vigente, realizou serviços de exames e castrações", "não havendo reclamação ou objeção quanto à qualidade dos **produtos**";

c) AGNC (pet shop): a empresa "é **fornecedora** de serviços médicos veterinários", com "serviços veterinários gerais, com todos insumos necessários".

32. A linguagem não é inócua. "Fornecer exames" é expressão compatível com a intermediação ou revenda de exames realizados por laboratórios e clínicas de imagem de terceiros, hipótese em que a experiência atestada não é da licitante, mas de quem efetivamente executou o procedimento. Essa leitura é corroborada pelos documentos da própria Recorrida: (i) a Licença Sanitária nº 343/2026 e o Alvará de Localização contemplam atividades veterinárias, comércio, alojamento e higiene de animais, mas **não incluem laboratório clínico (CNAE 86.40-2-02) nem diagnóstico por imagem com radiação ionizante (CNAE 86.40-2-05) ou tomografia (CNAE 86.40-2-04)**, atividades que constam apenas do cartão CNPJ; e (ii) a "Apresentação Institucional – Estrutura Operacional" não exibe laboratório, sala de radiologia, equipamento de ultrassonografia ou tomógrafo.

33. Não se discute, aqui, a possibilidade de subcontratação acessória na futura execução contratual. Discute-se a aptidão dos documentos para comprovar, na fase de habilitação, que a

Recorrida executou as parcelas de maior relevância. Atestados que certificam "fornecimento" de exames, sem qualquer indicação de que foram realizados em estrutura própria e por profissionais próprios, não se prestam a essa finalidade — e, no mínimo, exigem esclarecimento mediante diligência.

III.7 – Do descumprimento objetivo do item 12.4.4 e, por consequência, do item 12.4.8.7

34. O item 12.4.4 do Edital somente admite atestados "expedidos após a conclusão do contrato ou se decorrido, pelo menos, 2 (dois) anos do início de sua execução". Ao inabilitar a Recorrente, a Secretaria assentou que atestado que "não informa o respectivo prazo, não estabelece a data de início da execução e tampouco declara a conclusão dos serviços" impede a verificação do requisito e não pode ser aceito (fls. 686).

35. Dois dos quatro atestados da Recorrida incidem exatamente nesse vício — e com maior gravidade:

a) **Atestado de Araruama** (Secretaria Municipal de Ambiente, Agricultura, Abastecimento e Pesca): **não possui data de emissão**, não identifica contrato, não informa início, término ou prazo da execução;

b) **Atestado de Iguaba Grande**: emitido em 20/12/2022, refere-se a "contrato de prestação de serviços vigente", sem número, sem data de início e sem prazo, sendo impossível aferir se decorridos dois anos de execução; indica, ainda, endereço incorreto (nº 608, e não 680).

36. Os dois documentos são, ademais, redigidos com **texto-padrão idêntico** — inclusive com a mesma referência equivocada à inexistente "Lei nº 8.663/93" e as mesmas expressões sobre "qualidade dos produtos" e "garantia contratual" —, embora emitidos por Municípios distintos, circunstância indicativa que reforça a necessidade de verificação junto aos emitentes.

37. Excluídos esses dois atestados por força do mesmo critério aplicado à Recorrente, a Recorrida deixa de atender o item 12.4.8.7:

PROCESSO Nº 20679
FLS. 13
RUBRICA

Parcela (TR)	Mínimo (50%)	Atestados válidos (Macaé + AGNC)	Total	Situação
Exame bioquímico (23.160)	11.580	Macaé: 0; AGNC: 11.200	11.200	**Não atende** (déficit de 380)
Raio-X (1.500)	750	Macaé: 0; AGNC: 700 ou 1.000 (linha sem número de item)	700 a 1.000	**Indeterminado**; se 700, não atende
Ultrassonografia (1.008)	504	Macaé: 1.800; AGNC: 100	1.900	Depende exclusivamente de Macaé
Castrações (6.960)	3.030 (parâmetro da SEAGR)	Macaé: 45.000; AGNC: 100	45.100	Depende exclusivamente de Macaé

Tabela 4 – Verificação do item 12.4.8.7, aplicada a "aferição individualizada por subitem" adotada pela própria Secretaria no parecer de fls. 685.

38. Ainda que se admitissem os atestados de Araruama e de Iguaba Grande, a comprovação dos exames bioquímicos dependeria integralmente do atestado emitido pelo Pet Shop, e a das castrações, ultrassonografias e do tempo mínimo de três anos dependeria integralmente do atestado de Macaé — justamente os dois documentos cuja verossimilhança se encontra seriamente comprometida pelos elementos expostos nos tópicos III.3 a III.6. **QUALQUER QUE SEJA O ÂNGULO DE ANÁLISE, A HABILITAÇÃO NÃO SE SUSTENTA SEM DILIGÊNCIA QUE CONFIRME, COM DOCUMENTOS CONTEMPORÂNEOS À EXECUÇÃO, OS QUANTITATIVOS DECLARADOS.**

III.8 – Do atendimento 24 horas: declaração desmentida pela divulgação pública da própria Recorrida

39. O item 12.4.8.1 do Edital (reproduzido no item 17.2.1 do Termo de Referência) exige que a licitante comprove "possuir atendimento 24 (vinte e quatro) horas, **mediante documentação comprobatória**". Trata-se de requisito central do objeto, pois a Clínica Animal Municipal demanda atendimento emergencial contínuo, internação com acompanhamento permanente e recebimento de animais capturados em qualquer horário.

PROCESSO Nº 20679
FLS. 14
RUBRICA

40. Para atender a esse requisito, a Recorrida apresentou tão somente a "Declaração de Funcionamento e Atendimento", firmada por seu sócio-administrador em 14/09/2026, na qual afirma, "sob as penas da lei", que "a empresa possui e mantém estrutura operacional apta ao funcionamento e atendimento durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, inclusive aos sábados, domingos e feriados, **de forma ininterrupta**", e que "o estabelecimento destinado à execução dos serviços possui condições de funcionamento compatíveis" com essa exigência. O estabelecimento indicado é o da Rua Bernardo Vasconcelos, nº 680, Centro, Araruama/RJ.

41. Ocorre que a própria Recorrida divulga ao público, em seu perfil comercial oficial na rede social Instagram (@vetregionalofc – "Veterinária Regional | Araruama"), realidade diversa. Na publicação intitulada "**Confira o nosso horário de funcionamento**", que traz o endereço "R. Bernardo Vasconcelos, 680 – Centro, Araruama" — exatamente a unidade declarada no certame —, a empresa informa funcionar de **segunda a sexta-feira, das 08h00 às 18h00, e aos sábados, das 08h00 às 12h00**, sem qualquer menção a atendimento noturno, aos domingos, em feriados ou em regime de plantão 24 horas:

PROCESSO Nº 20679
FLS. 15
RUBRICA:



Perfil comercial da Recorrida no Instagram (@vetregionalofc): identificação do estabelecimento da Rua Bernardo Vasconcelos, 680, e horário de funcionamento divulgado ao público (segunda a sexta, 08h às 18h; sábado, 08h às 12h).

42. A divergência é frontal e não admite conciliação; a clínica permaneceria fechada todas as noites, a partir do meio-dia de sábado e durante todo o domingo. Não se trata de omissão publicitária irrelevante: para um estabelecimento que, segundo sua própria declaração, atenderia urgências e emergências de forma ininterrupta, o plantão 24 horas seria o principal diferencial comercial a ser anunciado, e não algo a ser ocultado de sua clientela. Registre-se, ainda, que a mesma apresentação da clínica anuncia "Consultas – Vacinas – Exames – Cirurgias", sem referência a internação com acompanhamento contínuo ou a pronto-atendimento.

43. Nem se alegue que o registro no CRMV-RJ, que menciona o ramo "ATENDIMENTO 24h", supriria a exigência. O certificado de registro de pessoa jurídica apenas reproduz os ramos de atividade informados pela própria empresa em seu cadastro — que incluem, na mesma lista, "pet shop", "banho e tosa" e "venda de animais" —, e o próprio documento adverte que "a efetiva comprovação da

PROCESSO Nº 20679
FLS. 16
RUBRICA:

prestação de serviço profissional neste estabelecimento é feita pela Anotação de Responsabilidade Técnica". A ART apresentada, por sua vez, indica **um único médico veterinário** como responsável técnico, o sócio-administrador, o que evidentemente não assegura presença profissional contínua por 24 horas, 7 dias por semana.

44. O ponto assume especial gravidade à luz do critério aplicado à Recorrente. Ao inabilitá-la, a Secretaria afirmou expressamente que, "embora o relatório fotográfico contenha imagens e **declaração da própria empresa acerca da existência de** internação, isolamento, consultórios, centros cirúrgicos e **atendimento durante 24 horas**, não consta da documentação analisada instrumento capaz de demonstrar que a licitante possui, loca ou explora regularmente a unidade" (fls. 688). Ou seja: para a Recorrente, a declaração da própria empresa sobre o atendimento 24 horas, desacompanhada de documento que a corroborasse, foi reputada insuficiente; para a Recorrida, uma autodeclaração — **contrariada por divulgação pública da própria declarante** — foi aceita sem qualquer exame. A incoerência é manifesta e viola, uma vez mais, a isonomia e o julgamento objetivo.

45. Juridicamente, a questão desdobra-se em dois planos. No plano da habilitação, a mera declaração unilateral não constitui a "documentação comprobatória" exigida pelo item 12.4.8.1, de modo que o requisito não foi atendido — e não pode ser suprido em diligência por documento que demonstre condição inexistente na data da sessão (item 8.2 do Edital). No plano da responsabilidade, o item 12.10 do Edital e o art. 63, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 estabelecem que o declarante responde pela veracidade das informações prestadas, e o art. 155, inciso VIII, da mesma lei tipifica como infração administrativa "apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação". Confirmada, por diligência, a inexistência de funcionamento ininterrupto na data da sessão pública, impõe-se não apenas a inabilitação, mas a instauração do competente processo de responsabilização.

46. A verificação é simples e está ao alcance imediato da Administração, por se tratar de estabelecimento situado no próprio Município: basta a realização de **vistoria in loco, sem aviso prévio, em horário noturno, aos domingos ou em feriado**, acompanhada da requisição das escalas de plantão médico-veterinário, dos registros de ponto dos profissionais e dos prontuários de atendimentos realizados fora do horário comercial nos últimos meses.

PROCESSO Nº 20679
FLS. 17
RUBRICA:

III.9 – Do veículo: licenciamento vencido e inadequação ao transporte de animais

47. O item 12.4.9.4 do Edital exige a comprovação de "**veículos** adequados para as atividades de captura, remoção e transporte dos animais", e o Termo de Referência determina que os animais sejam transportados "em veículos apropriados para transporte de carga viva, em perfeitas condições de segurança, conservação, higienização e **regularidade perante os órgãos competentes**" (item 9.8), impondo à contratada manter os veículos em "regularidade documental" (obrigação VIII).

48. A Recorrida apresentou um único veículo, FIAT/Fiorino Endurance, placa RJW5G96, de propriedade de terceiro (L R Lagos Artigos Médicos e Hospitalares Ltda.), gravado com alienação fiduciária e objeto de contrato de locação com termo final em dezembro de 2026. O Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo (CRLV-e) juntado, embora emitido em 15/09/2026, refere-se ao **exercício de 2023**. Como o CRLV digital é disponibilizado apenas para o último exercício regularmente licenciado, o documento indica que o veículo **não foi licenciado em 2024, 2025 e 2026**, situação que impede sua circulação regular (art. 230, V, do Código de Trânsito Brasileiro).

49. Além disso, trata-se de furgão (espécie "carga/caminhonete", carroceria "furgão"), que contrasta com o próprio atestado do Pet Shop, no qual a Recorrida se apresenta como fornecedora de "veículo com motorista (atendimento 24 hs)" e de "carretinha de 2 eixos para animais de grande porte" — equipamentos que não apareceram na habilitação deste certame. O requisito do item 12.4.9.4 não está atendido.

III.10 – Da equipe técnica: vínculos precários e ausência de registro no Ministério do Trabalho

50. O item 12.4.8.8 exige médicos veterinários "disponíveis para início imediato dos serviços, **devidamente registrados no Ministério do Trabalho** e no CRMV/RJ". Dos doze médicos veterinários relacionados pela Recorrida, apenas seis possuem registro de empregado no eSocial, além do sócio. Os cinco restantes (Marcelo Andrade da Fonseca, Octávio Boechat de Souza, Pamella Marins dos Santos, Polliana da Silva Miguel e Thiago Bekman Diniz Largueza) estão vinculados por contratos de prestação de serviços autônomos que:

PROCESSO Nº 20679
FLS. 18
RUBRICA

a) foram firmados em Macaé, com eleição do foro daquela Comarca, e indicam a "sede" da contratante na Rua Dr. Télio Barreto, 236, Centro, Macaé/RJ — endereço que não corresponde à sede cadastrada da Recorrida;

b) restringem o objeto a "serviços de esterilização cirúrgica de cães e gatos" e condicionam o pagamento ao "recebimento do serviço realizado para o **órgão público**", evidenciando vinculação a contrato público específico em outro Município;

51. Entre os empregados registrados, a médica veterinária Bianca da Silva Roque possui contrato **por prazo determinado com término em 05/10/2026**, e o tratador Welder de Assis Quirino de Souza, contrato com término em 26/09/2026 — ou seja, vínculos que se encerram antes mesmo do início da execução.

52. Por fim, a regularidade dos profissionais perante o CRMV foi demonstrada por **capturas de tela do sistema SISCAD, sem data e sem código de autenticação**, e não por certidões. À Recorrente, a Secretaria reprovou justamente a ausência de "certidões individuais do CRMV/RJ" (fls. 687). A exigência, se válida para uma, é válida para a outra.

III.11 – Do dever de diligência e de seus limites

53. A Recorrente não pretende que a Administração presuma a falsidade de documentos. Pretende que a Administração faça, em relação à Recorrida, o que fez em relação à Recorrente: **examinar**. Diante de dúvida fundada sobre a integridade e a veracidade dos documentos, o art. 64 da Lei nº 14.133/2021 e os itens 8.2, 12.4.6 e 12.13.1.1 do Edital autorizam — e, na presença de indícios concretos como os aqui expostos, impõem — a realização de diligência, inclusive mediante consulta aos órgãos e entidades emitentes.

54. A diligência, contudo, tem limites precisos. Destina-se a confirmar condição preexistente, e não a constituir requisito inexistente (item 8.2 do Edital). A jurisprudência do Tribunal de Contas da União admite a juntada, em diligência, de documento que comprove condição já existente à época da abertura do certame, mas não autoriza a substituição de atestados, a complementação de quantitativos por novos documentos ou a apresentação de estrutura, veículo ou equipe que não existiam na data da sessão. A Súmula nº 263 do TCU, por sua vez, legitima a exigência de quantitativos mínimos nas parcelas de maior relevância, o que pressupõe sua efetiva verificação.

PROCESSO Nº 20679
FLS. 19
RUBRICA:

55. Assim, caso a Recorrida não comprove, com documentos contemporâneos à execução — contratos, termos aditivos, notas de empenho, notas fiscais e boletins de medição —, os quantitativos e períodos declarados nos atestados, a consequência necessária é a inabilitação, sem prejuízo da apuração de eventual responsabilidade administrativa prevista no art. 155, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, caso se constate a inveracidade de documentos ou declarações.

III.12 – Da isonomia

56. Por fim, e em caráter subsidiário, caso a Administração entenda que falhas como ausência de data de início em atestado, quantitativos não individualizados, vínculos de equipe não integralmente documentados ou fragilidades na documentação da estrutura física são sanáveis por diligência ou irrelevantes para a habilitação, esse mesmo entendimento deverá ser aplicado à Recorrente, com a consequente revisão de sua inabilitação, por força dos arts. 5º e 11 da Lei nº 14.133/2021 e do item 8.2.1 do Edital, que veda expressamente a "quebra da isonomia entre os participantes ou concessão de vantagem indevida a determinado licitante".

57. O que não se admite — sob pena de nulidade do certame e de responsabilização perante o controle externo — é a convivência, no mesmo processo, de dois pareceres que adotam critérios opostos para documentos de mesma natureza, produzindo como resultado a habilitação isolada da licitante que apresentou a documentação menos examinada.

IV – DOS PEDIDOS

58. Diante do exposto, a Recorrente requer:

a) o recebimento do presente recurso, com **efeito suspensivo**, nos termos do art. 168 da Lei nº 14.133/2021 e do item 14.9 do Edital, abstendo-se a Administração de adjudicar o objeto, homologar o certame ou convocar a Recorrida para assinatura da Ata de Registro de Preços até decisão final;

b) no mérito, a **reforma da decisão** que habilitou a F F PERES CLÍNICA VETERINÁRIA LTDA., declarando-a **INABILITADA** por descumprimento dos itens 12.4.3, 12.4.4, 12.4.8.7, 12.4.8.8, 12.4.9.3 e 12.4.9.4 do Edital, bem como pela ausência de motivação do parecer técnico de fls. 696/700;

c) subsidiariamente, a **anulação do parecer técnico de fls. 696/700**, com a elaboração de nova manifestação técnica motivada, que examine individualmente cada atestado, período, quantitativo, profissional e elemento da estrutura física, com memória de cálculo expressa, nos mesmos moldes adotados no parecer de fls. 683/689;

d) em qualquer hipótese, a realização de **diligência**, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021 e dos itens 12.4.6 e 12.13.1.1 do Edital, para: (i) requisitar à Recorrida cópia dos Contratos e aditivos, notas de empenho, notas fiscais e boletins de medição que comprovem os quantitativos atestados pelo Município de Macaé, com confirmação direta junto à Secretaria Municipal de Proteção e Defesa do Animal daquele Município; (ii) requisitar o contrato firmado com a AGNC Comércio e Serviços Ltda., as ordens de serviço e as notas fiscais correspondentes, com consulta ao sistema municipal de NFS-e de Araruama; (iii) confirmar junto aos Municípios de Araruama e de Iguaba Grande a existência, o número, o período e os quantitativos efetivamente executados dos contratos referidos nos atestados sem data; (iv) realizar **vistoria in loco** na unidade da Rua Bernardo Vasconcelos, nº 680, para verificação da existência de dois centros cirúrgicos, laboratório e estrutura de imagem; (v) realizar **vistoria in loco, sem aviso prévio**, na unidade da Rua Bernardo Vasconcelos, nº 680, inclusive em **horário noturno, domingo ou feriado**, para verificação do alegado atendimento 24 horas, da existência de dois centros cirúrgicos, laboratório e estrutura de imagem, com requisição das escalas de plantão, registros de ponto e prontuários de atendimentos fora do horário comercial e (vi) confirmar a situação de licenciamento do veículo placa RJW5G96 junto ao DETRAN/RJ;

e) a garantia de **vista dos autos e das respostas às diligências**, com abertura de prazo para manifestação da Recorrente antes da decisão final, em observância ao contraditório;

f) subsidiariamente, caso prevaleça entendimento mais flexível quanto aos requisitos de qualificação técnica, a aplicação do mesmo critério à Recorrente, com a **revisão de sua inabilitação**, em respeito à isonomia;

PROCESSO Nº 20679
FLS. 21
RUBRICA

g) na hipótese de não reconsideração, o **encaminhamento do recurso à autoridade superior**, devidamente instruído, nos termos do art. 165, § 2º, da Lei nº 14.133/2021 e do item 14.6 do Edital;

h) caso confirmada, após as diligências, a inveracidade de qualquer documento ou declaração, a instauração do processo administrativo previsto nos arts. 155, inciso VIII, e 158 da Lei nº 14.133/2021.

Nestes termos, pede deferimento.

Araruama, 25 de setembro de 2026.

BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA.

gov.br Documento assinado digitalmente
ABILIO MARTINS JUNIOR
Data: 25/09/2026 20:39:21-0300
Verifique em https://validar.iti.gov.br

PROCESSO Nº 20679
FLS. 22
RUBRICA:

DECLARAÇÃO DE FUNCIONAMENTO E ATENDIMENTO

Ref.:
Pregão Eletrônico SRP 045/2026
Processo Nº 10257/2026

A empresa **F F PERES CLÍNICA VETERINÁRIA LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **27.296.807/0001-70**, com sede na Rua Bernardo Vasconcelos, nº 680, Centro, Araruama/RJ, por intermédio de seu representante legal, sob as penas da lei, para fins de habilitação e participação no **Pregão Eletrônico SRP nº 045/2026**, vem **DECLARAR** que:

A empresa **possui e mantém estrutura operacional apta ao funcionamento e atendimento durante 24 (vinte e quatro) horas por dia, 07 (sete) dias por semana, inclusive aos sábados, domingos e feriados**, de forma ininterrupta, conforme as necessidades relacionadas à execução do objeto da contratação.

Declara que dispõe de **estrutura física, equipe profissional, organização operacional e meios de comunicação necessários à manutenção do atendimento em regime contínuo de 24 horas**, garantindo capacidade para recebimento e atendimento das demandas encaminhadas pela Administração durante todo o período de execução contratual.

A empresa compromete-se a manter, durante toda a vigência da contratação, **profissionais em quantidade suficiente e escalas de trabalho compatíveis com o atendimento ininterrupto**, assegurando a continuidade dos serviços e o pronto atendimento das solicitações, inclusive em situações de urgência e emergência, quando previstas no objeto contratado.

Declara, ainda, que o estabelecimento destinado à execução dos serviços possui condições de funcionamento compatíveis com as exigências estabelecidas no **Edital, Termo de Referência e seus anexos**, responsabilizando-se a empresa pela manutenção das condições técnicas, operacionais, sanitárias e administrativas necessárias ao atendimento durante 24 (vinte e quatro) horas.

Para fins de comprovação, a empresa coloca-se à disposição da Administração para apresentação dos documentos pertinentes e para eventual **vistoria, diligência ou verificação in loco** das instalações e das condições de funcionamento declaradas, quando solicitado e nos limites previstos no instrumento convocatório e na legislação aplicável.

Por ser expressão da verdade, firma-se a presente declaração para que produza todos os efeitos legais e administrativos cabíveis.

Araruama, 14 de Setembro de 2026.

F F PERES CLINICA VETERINARIA LTDA
CRMV 13370-PJ (RJ)
CNPJ nº 27.296.807/0001-70
Frederico de Figueiredo Peres
(Sócio Administrador)
CPF: [redacted]

F F PERES CLINICA VETERINARIA LTDA
CNPJ nº 27.296.807/0001-70
Rua Bernardo Vasconcelos nº 680 – Centro Araruama/RJ
Contato: (22) 2664-2803 - vet.regionalararuama@gmail.com

PROCESSO Nº 20679
FLS. 23
RUBRICA:

JUCERJA

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.0804051-7

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Empresa de Pequeno Porte

Nº do Protocolo

2025/00775430-8

JUCERJA

Último arquivamento:
33901997177 - 27/05/2025

NIRE: 33.2.0804051-7

BOM PASTOR COMERCIO E SERVICOS VETERINARIOS LTDA EPP

Orgão	Calculado	Pago
Junta	600,00	600,00
DNRC	0,00	0,00

Boleto(s):

Hash: 6A6D3EF4-032A-41EA-936F-C25231DE5BDC

Nome

BOM PASTOR COMERCIO E SERVICOS VETERINARIOS LTDA EPP

TERMO DE AUTENTICAÇÃO

Código Ato

002

Eventos

Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
024	1	Alteração / Alteração de Filial na UF da Sede
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR BERNARDO FEIJÓ SAMPAIO BERWANGER SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

NIRE / Arquivamento	CNPJ	Endereço / Endereço completo no exterior	Bairro	Municipio	Estado
00007124152	09.310.829/0001-65	Rua PEDRO LUIZ SOUZA 100	CENTRO	Araruama	RJ
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx
xxxxxxxxxxx	xx.xxx.xxx/xxxx-xx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxx	xx

Deferido em 06/08/2025 e arquivado em 06/08/2025

Gabriel Oliveira de Souza Voi

SECRETÁRIO GERAL

Nº de Páginas: 11

Capa Nº Páginas: 1/1

Observação:

PROCESSO Nº 20679

FLS. 24

RUBRICA:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: BOM PASTOR COMERCIO E SERVICOS VETERINARIOS LTDA EPP
NIRE: 332.0804051-7 Protocolo: 2025/00775430-8 Data do protocolo: 05/08/2025
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/08/2025 SOB O NÚMERO 00007124152 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 929714397AED8E58482555C9CBE885431F27CA5510293DE2FEF92CC1DA8F45E9
Para validar o documento acesse https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA assinado digitalmente

Presidência da República
Ministério do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte
Secretaria Nacional de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte
Diretoria Nacional de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nº do Protocolo

2025/00775430-8 05/08/2025 09:08:06

JUCERJA

Último arquivamento:
33901997177 - 27/05/2025

NIRE: 33.2.0804051-7

Orgão	Calculado	Pago
Junta	600,00	600,00
DREI	0,00	0,00

BOM PASTOR COMERCIO E SERVICOS VETERINARIOS LTDA EPP

Boleto(s): 105162453

Hash: 6A6D3EF4-032A-41EA-936F-C25231DE5BDC

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)

33.2.0804051-7

Tipo Jurídico

Sociedade empresária limitada

Porte Empresarial

Empresa de Pequeno Porte

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

BOM PASTOR COMERCIO E SERVICOS VETERINARIOS LTDA EPP

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato

002

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
024	1	Alteração / Alteração de Filial na UF da Sede
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx	xxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Requerente

Nome:	Vanessa Pires Antunes
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo
Telefone de contato:	2298211464
E-mail:	fiscal@contabcontrol.com
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	05/08/2025
Data da 1ª entrada:	

Rio de Janeiro
Local

05/08/2025
Data

2025/00775430-8

PROCESSO Nº 20679
FLS. 25
RUBRICA:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: BOM PASTOR COMERCIO E SERVICOS VETERINARIOS LTDA EPP
NIRE: 332.0804051-7 Protocolo: 2025/00775430-8 Data do protocolo: 05/08/2025
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/08/2025 SOB O NÚMERO 00007124152 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 929714397AED8E58482555C9CBE885431F27CA5510293DE2FEF92CC1DA8F45E9
Para validar o documento acesse https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA assinado digitalmente

BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA
CNPJ: 09.310.829/0001-65 NIRE: 33.2.0804051-7
6ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito,

ABILIO MARTINS JUNIOR, brasileiro, natural do Rio de Janeiro, nascido em 18/04/1977, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da carteira de identidade nº. 10564492-6, expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº. 070.018.537-20, residente e domiciliada na Rua Pedro Luiz Souza, 100, Centro, Araruama/RJ, CEP: 28979-165;

MICHELLE ALMEIDA SALGADO MARTINS, brasileira, natural do Rio de Janeiro, nascida em 15/10/1976, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora da carteira de identidade nº. [redacted] expedida pelo CNH/DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob o nº. [redacted], residente e domiciliada na Rua Pedro Luiz Souza, 100, Centro, Araruama/RJ, CEP: 28979-165;

Na qualidade de únicos sócios da empresa **"BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA"**, constituída legalmente por contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.2.0804051-7 e sua última alteração contratual sob o nº 33901997177 de 27/05/2025, inscrita no CNPJ sob o n.09.310.829/0001-65, estabelecida na Rua Pedro Luiz Souza, 100, Centro, Araruama/RJ, CEP: 28979-165, resolvem de pleno e comum acordo, celebrar a sexta alteração ao Contrato Social da sociedade, mediante as condições estabelecidas nas cláusulas seguintes:

1. Neste ato, por deliberação dos sócios, ficam ajustadas as atividades econômicas da sociedade sofrerão alterações, com a **exclusão dos seguintes CNAEs anteriormente registrados**:

- **46.23-1-09** - Comércio atacadista de alimentos para animais;
- **46.46-0-01** - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria;
- **46.64-8-00** - Comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para uso odonto médico hospitalar; partes e peças.

Em razão desta alteração, o objeto social da empresa passa a ser o seguinte:

Não escrever abaixo desta linha

PROCESSO Nº 20679
FLS. 26
RUBRICA:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: BOM PASTOR COMERCIO E SERVICOS VETERINARIOS LTDA EPP
NIRE: 332.0804051-7 Protocolo: 2025/00775430-8 Data do protocolo: 05/08/2025
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/08/2025 SOB O NÚMERO 00007124152 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 929714397AED8E58482555C9CBE885431F27CA5510293DE2FEF92CC1DA8F45E9
Para validar o documento acesse https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS OBJETIVOS SOCIAIS;

- **75.00-1-00** - Atividades veterinárias;
- **01.62-8-03** - Serviço de manejo de animais;
- **46.44-3-01** - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano;
- **46.44-3-02** - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário;
- **46.45-1-01** - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios;
- **46.45-1-03** - Comércio atacadista de produtos odontológicos;
- **46.46-0-02** - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal;
- **46.49-4-08** - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar;
- **47.71-7-02** - Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas;
- **47.71-7-04** - Comércio varejista de medicamentos veterinários;
- **47.72-5-00** - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal;
- **47.73-3-00** - Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos;
- **47.89-0-04** - Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação;
- **47.89-0-05** - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários;
- **49.30-2-01** - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal;
- **49.30-2-02** - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional;
- **77.39-0-02** - Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador;
- **86.40-2-01** - Laboratórios de anatomia patológica e citológica;
- **86.40-2-02** - Laboratórios clínicos;
- **86.40-2-04** - Serviços de tomografia;
- **86.40-2-05** - Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia;
- **86.40-2-06** - Serviços de ressonância magnética;
- **86.40-2-07** - Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética;
- **86.40-2-08** - Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos;
- **96.09-2-07** - Alojamento de animais domésticos;
- **96.09-2-08** - Higiene e embelezamento de animais domésticos.

Não escrever abaixo desta linha

PROCESSO Nº 20679
FLS. 27
RUBRICA:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: BOM PASTOR COMERCIO E SERVICOS VETERINARIOS LTDA EPP
NIRE: 332.0804051-7 Protocolo: 2025/00775430-8 Data do protocolo: 05/08/2025
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/08/2025 SOB O NÚMERO 00007124152 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 929714397AED8E58462555C9CBE885431F27CA5510293DE2FEF92CC1DA8F45E9
Para validar o documento acesse https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

§ Primeiro *– Os serviços de natureza técnica para consecução do objeto social, a serem executados pela sociedade, serão ou poderão a ser contratados com outras empresas especializadas ou profissionais registrados nos órgãos de classe.*

§ Segundo *– O objetivo social da empresa acima relacionado refere-se ao atendimento as Empresa e Órgãos Públicos, Municipais, Estaduais, Federais, Empresas Privadas e Cooperativas.*

Ainda por este instrumento, os sócios resolvem consolidar o seu Contrato Social, passando a vigorar com nova redação, como segue:

BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA
CNPJ: 09.310.829/0001-65 - NIRE: 33.2.0804051-7
CONSOLIDAÇÃO DO CONTRATO SOCIAL

Pelo presente instrumento particular e na melhor forma de direito:

ABILIO MARTINS JUNIOR, brasileiro, natural do Rio de Janeiro, nascido em 18/04/1977, casado sob regime de comunhão parcial de bens, empresário, portador da carteira de identidade nº. [redacted] expedida pelo IFP/RJ, inscrito no CPF sob o nº. [redacted] residente e domiciliada na Rua Pedro Luiz Souza, 100, Centro, Araruama/RJ, CEP: 28979-165;

MICHELLE ALMEIDA SALGADO MARTINS, brasileira, natural do Rio de Janeiro, nascida em 15/10/1976, casada sob o regime de comunhão parcial de bens, empresária, portadora da carteira de identidade nº. [redacted], expedida pelo CNH/DETRAN/RJ, inscrita no CPF sob o nº. [redacted] residente e domiciliada na Rua Pedro Luiz Souza, 100, Centro, Araruama/RJ, CEP: 28979-165;

Na qualidade de únicos sócios da empresa **"BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA"**, constituída legalmente por contrato social devidamente arquivado na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o NIRE 33.2.0804051-7 e sua última alteração contratual sob o nº 33901997177 de 27/05/2025, inscrita no CNPJ sob o n. 09.310.829/0001-65, estabelecida na Rua Pedro Luiz Souza, 100, Centro, Araruama/RJ, CEP: 28979-165, resolvem de pleno e comum acordo, celebrar a sexta alteração ao Contrato Social da sociedade, passando o mesmo a vigorar com nova redação, como segue:

Não escrever abaixo desta linha

PROCESSO Nº 20679
FLS. 08
RUBRICA:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: BOM PASTOR COMERCIO E SERVICOS VETERINARIOS LTDA EPP
NIRE: 332.0804051-7 Protocolo: 2025/00775430-8 Data do protocolo: 05/08/2025
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/08/2025 SOB O NÚMERO 00007124152 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 929714397AED8E58402555C9CBE885431F27CA5510292DE2FEF92CC1D20F45E9
Para validar o documento acesse https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA
CNPJ: 09.310.829/0001-65 NIRE: 33.2.0804051-7
6ª ALTERAÇÃO DE CONTRATO SOCIAL

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO NOME EMPRESARIAL E DA SEDE

A sociedade girará sob a denominação social de **"BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA"**, fazendo uso do nome fantasia **"BOM PASTOR"**, com sua sede na Rua Pedro Luiz Souza, 100, parte, Centro, Araruama/RJ - CEP: 28979-165.

Filial - Avenida Conselheiro Julius ARP, nº 241, lote 5, Quadra D, Olaria, Nova Friburgo/RJ, CEP: 28.623-000.

CLÁUSULA SEGUNDA – DOS OBJETIVOS SOCIAIS;

- **75.00-1-00** - Atividades veterinárias;
- **01.62-8-03** - Serviço de manejo de animais;
- **46.44-3-01** - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso humano;
- **46.44-3-02** - Comércio atacadista de medicamentos e drogas de uso veterinário;
- **46.45-1-01** - Comércio atacadista de instrumentos e materiais para uso médico, cirúrgico, hospitalar e de laboratórios;
- **46.45-1-03** - Comércio atacadista de produtos odontológicos;
- **46.46-0-02** - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal;
- **46.49-4-08** - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar;
- **47.71-7-02** - Comércio varejista de produtos farmacêuticos, com manipulação de fórmulas;
- **47.71-7-04** - Comércio varejista de medicamentos veterinários;
- **47.72-5-00** - Comércio varejista de cosméticos, produtos de perfumaria e de higiene pessoal;
- **47.73-3-00** - Comércio varejista de artigos médicos e ortopédicos;
- **47.89-0-04** - Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação;
- **47.89-0-05** - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários;
- **49.30-2-01** - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, municipal;
- **49.30-2-02** - Transporte rodoviário de carga, exceto produtos perigosos e mudanças, intermunicipal, interestadual e internacional;
- **77.39-0-02** - Aluguel de equipamentos científicos, médicos e hospitalares, sem operador;
- **86.40-2-01** - Laboratórios de anatomia patológica e citológica;
- **86.40-2-02** - Laboratórios clínicos;
- **86.40-2-04** - Serviços de tomografia;

Não escrever abaixo desta linha

PROCESSO Nº 20679
FLS. 29
RUBRICA:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: BOM PASTOR COMERCIO E SERVICOS VETERINARIOS LTDA EPP
NIRE: 332.0804051-7 Protocolo: 2025/00775430-8 Data do protocolo: 05/08/2025
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/08/2025 SOB O NÚMERO 00007121152 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 929714397AED8E58482555C9CBE885431F27C4b510293DE2FEF92CC1DA8F45E9
Para validar o documento acesse https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

- **86.40-2-05** - Serviços de diagnóstico por imagem com uso de radiação ionizante, exceto tomografia;
- **86.40-2-06** - Serviços de ressonância magnética;
- **86.40-2-07** - Serviços de diagnóstico por imagem sem uso de radiação ionizante, exceto ressonância magnética;
- **86.40-2-08** - Serviços de diagnóstico por registro gráfico - ECG, EEG e outros exames análogos;
- **96.09-2-07** - Alojamento de animais domésticos;
- **96.09-2-08** - Higiene e embelezamento de animais domésticos.

§ Primeiro *– Os serviços de natureza técnica para consecução do objeto social, a serem executados pela sociedade, serão ou poderão a ser contratados com outras empresas especializadas ou profissionais registrados nos órgãos de classe.*

§ Segundo *– O objetivo social da empresa acima relacionado refere-se ao atendimento as Empresa e Órgãos Públicos, Municipais, Estaduais, Federais, Empresas Privadas e Cooperativas.*

CLÁUSULA TERCEIRA - DO CAPITAL SOCIAL

1 - MATRIZ

O Capital Social é de R$ 700.000,00 (setecentos mil reais), divididos em 700.000 (setecentos mil) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (hum real) cada uma, neste ato integralizado e distribuído da seguinte forma:

R$ 30.000,00 (Trinta Mil Reais) já totalmente subscrito e integralizado em moeda corrente do País;

R$ 300.000,00 (Trezentos Mil Reais) integralizado neste atomediante capitalização do saldo da conta Reserva de Lucros devidamente apurado em balanço do ano de 2023, registrado sob o nº 47.1B.66.71.4C.0D.E7.42.7F.42.87.74.55.CE.DF.0A.02.C1.DD.AF-0, Sped Escrituração Contábil Digital;

R$ 370.000,00 (Trezentos e Setenta Mil Reais) integralizado neste ato mediante capitalização do saldo da conta Reserva de Lucros devidamente apurado em balanço do ano de 2024, registrado sob o nº 91.FF.4B.29.22.6B.DE.CE.FF.18.91.09.12.07.72.4C.62.92.BB.4E-9, Sped Escrituração Contábil Digital;

SÓCIOS	Nº QUOTAS	VR. TOTAL	%
ABILIO MARTINS JUNIOR	357.000	R$ 357.000,00	51%
MICHELLE ALMEIDA SALGADO MARTINS	343.000	R$ 343.000,00	49%
TOTAL	**700.000**	**R$ 700.000,00**	**100%**

Não escrever abaixo desta linha

PROCESSO Nº 20679
FLS. 30
RUBRICA:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: BOM PASTOR COMERCIO E SERVICOS VETERINARIOS LTDA EPP
NIRE: 332.0804051-7 Protocolo: 2025/00775430-8 Data do protocolo: 05/08/2025
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/08/2025 SOB O NUMERO 00007124152 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 929714397AED8E58482555C9CBE885431F27CA551029SDE2FFF92CC1DA8F4SE9
Para validar o documento acesse https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

Parágrafo Único: A responsabilidade dos sócios é limitada à importância total do capital social integralizado (art. 1052 do CC/02), de forma que ele não responde pelas dívidas da LTDA, salvo se houver parcela do capital que não estiver integralizado.

2 - FILIAL

O Capital Social é de R$ 150.000,00 (cento e cinqüenta mil reais), divididos em 150.000 (cento e cinqüenta mil) quotas no valor nominal de R$ 1,00 (hum real) cada uma, a integralizar no prazo de 12 meses em moeda corrente do país, e será distribuído da seguinte forma:

SÓCIOS	Nº. QUOTAS	VR. TOTAL	%
ABILIO MARTINS JUNIOR	76.500	R$ 76.500,00	51%
MICHELLE ALMEIDA SALGADO MARTINS	73.500	R$ 73.000.00	49%
TOTAL	**150.000**	**R$ 150.000,00**	**100%**

Parágrafo Único: A responsabilidade dos sócios é limitada à importância total do capital social integralizado (art. 1052 do CC/02), de forma que ele não responde pelas dívidas da LTDA, salvo se houver parcela do capital que não estiver integralizado.

CLÁUSULA QUARTA – DA DURAÇÃO

A sociedade teve suas atividades iniciadas em 19/02/2015, data em que foi constituída, sendo sua duração por prazo indeterminado, podendo a sua dissolução ser procedida a qualquer momento pela vontade comum do sócio único (art. 997, II, CC/2002).

CLÁUSULA QUINTA – DA ADMINISTRAÇÃO

A administração da empresa será exercida por todos os sócios, caso haja mais de um, com os poderes e atribuições de administrador, que assinarão pela sociedade, em conjunto ou separadamente, com os poderes e atribuições de representação ativa e passiva na sociedade, judicial e extrajudicialmente, podendo praticar todos os atos no objeto social, sempre de interesse da sociedade, inclusive assinar escrituras públicas de compra e venda, vedado, no entanto, em atividades estranhas ao interesse social ou assumir obrigações seja em favor de qualquer quotista ou de terceiros (arts. 997, VI, 1.013, 1.015, 1.064 CC/2002).

CLÁUSULA SEXTA – DAS RETIRADAS PRÓ-LABORE

Não escrever abaixo desta linha

PROCESSO Nº 20679
FLS. 31
RUBRICA:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: BOM PASTOR COMERCIO E SERVICOS VETERINARIOS LTDA EPP
NIRE: 332.0804051-7 Protocolo: 2025/00775430-8 Data do protocolo: 05/08/2025
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/08/2025 SOB O NÚMERO 00007124152 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 929714397AED8E58482555C9CBE885431F27CA5510293DE2FEF92CC1DA8F45E9
Para validar o documento acesse https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

Os sócios poderão de comum acordo, fixar ou não retiradas mensais, a título de "pró-labore", em quantias previamente estipuladas, as quais serão levadas a débito da conta de despesas gerais.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO BALANÇO GERAL

Ao término de cada exercício social, em 31 de dezembro, os administradores prestarão contas justificadas de sua administração, procedendo à elaboração do inventário, do balanço patrimonial e do balanço de resultado econômico, cabendo aos sócios, na proporção de suas quotas, os lucros e perdas apurados.

Parágrafo Primeiro: Poderá a sociedade distribuir resultados em período inferior ao anual, desde que comprovado o lucro em balanço contábil especialmente levantado para tanto.

CLÁUSULA OITAVA – DOS IMPEDIMENTOS LEGAIS

Falecendo ou interditado qualquer sócio, a sociedade continuará suas atividades com os herdeiros, sucessores e o incapaz. Não sendo possível ou inexistindo interesse destes ou do(s) sócio(s) remanescente(s), o valor de seus haveres será apurado e liquidado com base na situação patrimonial da sociedade, à data da resolução, verificada em balanço especialmente levantado.

Parágrafo Primeiro: O mesmo procedimento será adotado em outros casos em que a sociedade se resolva em relação a seu sócio (art. 1.028 e art. 1.031, CC/2002).

CLÁUSULA NONA – DA CESSÃO E TRANSFERÊNCIA DE QUOTAS

As quotas são indivisíveis, e não poderão ser cedidas ou transferidas a terceiros sem consentimento dos outros sócios, caso haja, a quem fica assegurado, em igualdade de condições e preço, direito de preferência para sua aquisição se posta à venda formalizando, se realizada a cessão delas, a alteração contratual pertinente (art. 1.056, art. 1.057, CC/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DISSOLUÇÃO E LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE:

A Sociedade poderá ser dissolvida por iniciativa dos sócios, que, nessa hipótese, realizará diretamente a liquidação ou indicará um liquidante, ditando-lhe a forma de liquidação. Solvidas as dívidas e extintas as obrigações da sociedade, o patrimônio remanescente será integralmente incorporado ao patrimônio do sócio único.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DECLARAÇÕES DE CRIMES

O(s) administradore(s) declara(m) sob as penas da lei, que não está(ão) impedido(s) de exercer(em) a administração da sociedade, por lei especial ou em virtude de condenação criminal, ou por se

PROCESSO Nº 20679
FLS. 32
RUBRICA:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: BOM PASTOR COMERCIO E SERVICOS VETERINARIOS LTDA EPP
NIRE: 332.0804051-7 Protocolo: 2025/00775430-8 Data do protocolo: 05/08/2025
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/08/2025 SOB O NÚMERO 00007124152 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 929714397AED8E58482555C9CBE885431F27CA5510293DE2FEF92CC1DA8F45E9
Para validar o documento acesse https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

encontrar(em) sob os efeitos dela, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos, ou por crime falimentar, de prevaricação, peita, ou suborno, concussão, peculato, ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, fé pública ou propriedade (art. 1.011, parágrafo 1º, CC/2002).

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DO FORO

Casos omissos, a este instrumento, serão regulados de acordo com a legislação vigente, ficando eleito o foro da Comarca de Araruama (RJ), para o exercício e o cumprimento dos direitos e obrigações resultantes deste contrato.

Eassim, assina o presente instrumento para que produza todos os efeitos legais e de direito, sendo o mesmo levado a registro na forma da lei.

Araruama (RJ), 23 de julho de 2025.

Abilio Martins Junior
CPF [redacted]

Michelle Almeida Salgado Martins
CPF [redacted]

Não escrever abaixo desta linha

PROCESSO Nº 20679
FLS. 33
RUBRICA:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: BOM PASTOR COMERCIO E SERVICOS VETERINARIOS LTDA EPP
NIRE: 332.0804051-7 Protocolo: 2025/00775430-8 Data do protocolo: 05/08/2025
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/08/2025 SOB O NÚMERO 00007124152 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 929714397AED8E58482555C9CBE885431F27CA5510293DD2FEF92CC1DA3F45E9
Para validar o documento acesse https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chancela_digital, informe o nº de protocolo.
JUCERJA assinado digitalmente

IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA BOM PASTOR COMERCIO E SERVICOS VETERINARIOS LTDA EPP, NIRE 33.2.0804051-7, PROTOCOLO 2025/00775430-8, ARQUIVADO EM 06/08/2025, SOB O NÚMERO (S) 00007124152, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
[redacted]	ABILIO MARTINS JUNIOR
[redacted]	MICHELLE ALMEIDA SALGADO MARTINS
[redacted]	VANESSA PIRES ANTUNES
. . / -	BOM PASTOR COMERCIO E SERVICOS VETERINARIOS LTDA
. . / -	CONTAB CONTROL CONSULTORIA EMPRESARIAL LTDA

06 de agosto de 2025.

Gabriel Oliveira de Souza Voi
Secretário Geral

PROCESSO Nº 20679
FLS. 34
RUBRICA:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro
Empresa: BOM PASTOR COMERCIO E SERVICOS VETERINARIOS LTDA EPP
NIRE: 332.0804051-7 Protocolo: 2025/00775430-8 Data do protocolo: 05/08/2025
CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 06/08/2025 SOB O NÚMERO 00007124152 e demais constantes do termo de autenticação.
Autenticação: 929714397AED8E58482555C9CBE885431F27CA5510293DE2FEF92CC1DA8F45E9
Para validar o documento acesse https://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital, informe o nº de protocolo.

JUCERJA assinado digitalmente

Pag. 11/11

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
32.141.159/0001-12 MATRIZ		29/11/2018

NOME EMPRESARIAL
AGNC COMERCIO E SERVICOS LTDA

TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA)	PORTE
********	ME

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL
47.89-0-04 - Comércio varejista de animais vivos e de artigos e alimentos para animais de estimação

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
33.14-7-07 - Manutenção e reparação de máquinas e aparelhos de refrigeração e ventilação para uso industrial e comercial
42.92-8-01 - Montagem de estruturas metálicas
43.21-5-00 - Instalação e manutenção elétrica
43.22-3-01 - Instalações hidráulicas, sanitárias e de gás
43.22-3-02 - Instalação e manutenção de sistemas centrais de ar condicionado, de ventilação e refrigeração
43.30-4-02 - Instalação de portas, janelas, tetos, divisórias e armários embutidos de qualquer material
43.30-4-04 - Serviços de pintura de edifícios em geral
45.30-7-02 - Comércio por atacado de pneumáticos e câmaras-de-ar
46.39-7-01 - Comércio atacadista de produtos alimentícios em geral
46.41-9-03 - Comércio atacadista de artigos de armarinho
46.42-7-01 - Comércio atacadista de artigos do vestuário e acessórios, exceto profissionais e de segurança
46.42-7-02 - Comércio atacadista de roupas e acessórios para uso profissional e de segurança do trabalho
46.46-0-01 - Comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria
46.46-0-02 - Comércio atacadista de produtos de higiene pessoal
46.47-8-01 - Comércio atacadista de artigos de escritório e de papelaria
46.49-4-04 - Comércio atacadista de móveis e artigos de colchoaria
46.49-4-08 - Comércio atacadista de produtos de higiene, limpeza e conservação domiciliar
46.49-4-99 - Comércio atacadista de outros equipamentos e artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
46.51-6-01 - Comércio atacadista de equipamentos de informática
46.51-6-02 - Comércio atacadista de suprimentos para informática

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV GLADSTONE JOSE DE OLIVEIRA	490	LOJA 101

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
28.979-660	PRACA DA BANDEIRA	ARARUAMA	RJ

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
AGRO.EFRAIM@OUTLOOK.COM	(22) 2603-8838

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	29/11/2018

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **25/09/2026** às **09:29:17** (data e hora de Brasília).

PROCESSO Nº 20679
FLS. 35
RUBRICA:

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA
32.141.159/0001-12 MATRIZ		29/11/2018

NOME EMPRESARIAL
AGNC COMERCIO E SERVICOS LTDA

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS
46.69-9-99 - Comércio atacadista de outras máquinas e equipamentos não especificados anteriormente; partes e peças
46.79-6-99 - Comércio atacadista de materiais de construção em geral
46.81-8-05 - Comércio atacadista de lubrificantes
46.89-3-99 - Comércio atacadista especializado em outros produtos intermediários não especificados anteriormente
47.42-3-00 - Comércio varejista de material elétrico
47.44-0-01 - Comércio varejista de ferragens e ferramentas
47.54-7-01 - Comércio varejista de móveis
47.56-3-00 - Comércio varejista especializado de instrumentos musicais e acessórios
47.59-8-99 - Comércio varejista de outros artigos de uso pessoal e doméstico não especificados anteriormente
47.63-6-01 - Comércio varejista de brinquedos e artigos recreativos
47.63-6-04 - Comércio varejista de artigos de caça, pesca e camping
47.71-7-04 - Comércio varejista de medicamentos veterinários
47.81-4-00 - Comércio varejista de artigos do vestuário e acessórios
47.82-2-01 - Comércio varejista de calçados
47.89-0-02 - Comércio varejista de plantas e flores naturais
47.89-0-05 - Comércio varejista de produtos saneantes domissanitários
77.33-1-00 - Aluguel de máquinas e equipamentos para escritórios
77.39-0-03 - Aluguel de palcos, coberturas e outras estruturas de uso temporário, exceto andaimes

CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA
206-2 - Sociedade Empresária Limitada

LOGRADOURO	NÚMERO	COMPLEMENTO
AV GLADSTONE JOSE DE OLIVEIRA	470	LOJA 101

CEP	BAIRRO/DISTRITO	MUNICÍPIO	UF
28.979-660	PRACA DA BANDEIRA	ARARUAMA	RJ

ENDEREÇO ELETRÔNICO	TELEFONE
AGRO.EFRAIM@OUTLOOK.COM	(22) 9603-8838

ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR)
*****

SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL
ATIVA	29/11/2018

MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL

SITUAÇÃO ESPECIAL	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL
********	********

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia **25/09/2026** às **09:28:17** (data e hora de Brasília).

Estado do Rio de Janeiro
Prefeitura Municipal de Araruama
Divisão de Protocolo

FOLHA DE ENCAMINHAMENTO DE PROCESSO

Nº do Processo: 20679

Número de Folhas 37

A/AO Comli

Encaminhamos para apreciação e/ou providências.

Araruama 28/09/2026.

Assinatura do Funcionário

À SEAGR

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 045/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 10.257/2026

RECORRENTE: BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA

RECORRIDA: F F PERES CLÍNICA VETERINÁRIA LTDA

I – RELATÓRIO

Trata-se de recurso administrativo interposto por **BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA**, em face da decisão proferida no âmbito do Pregão Eletrônico SRP nº 045/2026 que declarou habilitada a empresa **F F PERES CLÍNICA VETERINÁRIA LTDA**, com fundamento na documentação apresentada no certame e na análise técnica realizada pela Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Proteção Animal – SEAGR.

A Recorrente insurge-se, em síntese, contra a habilitação da Recorrida, questionando a suficiência da motivação constante do parecer técnico, os atestados de capacidade técnica apresentados, os quantitativos neles consignados, a comprovação de experiência temporal, o atendimento em regime de 24 horas, a estrutura operacional, a disponibilidade de veículo e a composição e vinculação da equipe profissional.

Requer, ao final, a reforma da decisão de habilitação da **F F PERES CLÍNICA VETERINÁRIA LTDA** ou, subsidiariamente, a anulação do parecer técnico e a realização de diversas diligências destinadas à confirmação dos documentos apresentados, bem como, em caráter subsidiário, a revisão da própria inabilitação da Recorrente, sob alegação de necessidade de aplicação isonômica dos critérios de julgamento.

Regularmente intimada, a empresa **F F PERES CLÍNICA VETERINÁRIA LTDA** apresentou contrarrazões, nas quais sustenta, em

síntese, a regularidade de sua habilitação, a suficiência da documentação apresentada e do parecer técnico emitido pela SEAGR, a ausência de elementos objetivos capazes de infirmar seus atestados e demais documentos e a necessidade de observância dos critérios interpretativos previamente estabelecidos pela Administração quando do julgamento da impugnação ao Edital. Requer, ao final, o não provimento do recurso e a manutenção de sua habilitação.

É o relatório.

II – DA ADMISSIBILIDADE

Inicialmente, registra-se que tanto o recurso administrativo quanto as respectivas contrarrazões foram apresentados tempestivamente, por meio da Plataforma LICITANET, observados os prazos e a forma estabelecidos no instrumento convocatório.

O recurso possui cabimento, legitimidade, interesse recursal e tempestividade, encontrando fundamento no art. 165, inciso I, alínea "c", da Lei Federal nº 14.133/2021, que prevê expressamente a possibilidade de recurso em face de ato de habilitação ou inabilitação de licitante.

Considerando, ainda, que o presente certame adotou a inversão das fases prevista no art. 17, §1º, da Lei nº 14.133/2021, a apreciação dos recursos relativos ao julgamento das propostas e aos atos de habilitação e inabilitação ocorre em fase única, conforme estabelece o art. 165, §1º, da mesma Lei.

Presentes, portanto, os pressupostos de admissibilidade, **CONHEÇO** do recurso administrativo e das contrarrazões apresentadas, passando ao exame do mérito.

III – DA DELIMITAÇÃO DA ANÁLISE E DA NECESSÁRIA DISTINÇÃO ENTRE JUÍZO JURÍDICO-PROCEDIMENTAL E JUÍZO TÉCNICO ESPECIALIZADO

Antes do enfrentamento individualizado das alegações, mostra-se indispensável delimitar a competência decisória e a natureza das matérias discutidas.

Compete ao Pregoeiro conduzir o procedimento, examinar sua regularidade, aplicar as disposições do Edital e da legislação e decidir os atos inseridos em sua esfera de competência.

Isso não significa, contudo, que o agente de contratação deva substituir o juízo especializado da unidade técnica competente em matérias que dependam de conhecimento veterinário, assistencial ou operacional específico.

No presente procedimento, a documentação referente à qualificação técnica foi encaminhada à Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Proteção Animal – SEAGR, unidade demandante e tecnicamente competente para avaliação da aptidão das licitantes diante das características do objeto.

Após análise dos documentos apresentados, a SEAGR emitiu manifestação técnica individualizada em relação à **F F PERES CLÍNICA VETERINÁRIA LTDA** e concluiu expressamente pelo atendimento integral dos requisitos técnicos examinados e pela sua habilitação.

Esse parecer não constitui ato meramente protocolar.

Trata-se de manifestação emanada do órgão municipal dotado de conhecimento especializado sobre o objeto e produzida especificamente para subsidiar a decisão do Pregoeiro.

A existência de parecer técnico mais extenso ou analiticamente mais detalhado em relação a outra participante não torna insuficiente, por si só, o parecer emitido em relação à Recorrida.

A suficiência da motivação administrativa não é aferida pela quantidade de páginas, pela extensão textual ou pela identidade formal entre pareceres, mas pela possibilidade de identificar os elementos examinados, a conclusão técnica alcançada e sua correspondência com os requisitos aplicáveis.

Consequentemente, inexistindo prova técnica idônea que demonstre erro material, falsidade documental, utilização de critério estranho ao Edital ou conclusão manifestamente incompatível com os documentos examinados, não cabe ao Pregoeiro substituir, com juízo próprio de natureza não especializada, a avaliação técnica realizada pela SEAGR.

Isso não significa conferir caráter absoluto ou irrevisível ao parecer técnico. Significa reconhecer que sua superação exige fundamento concreto, especialmente quando o recurso pretende substituir a conclusão da unidade especializada por conjecturas ou interpretações particulares da parte interessada.

No caso concreto, após o exame das razões recursais, das contrarrazões e dos documentos pertinentes, não se identificou elemento suficiente para afastar a conclusão técnica da SEAGR.

IV – DOS CRITÉRIOS INTERPRETATIVOS FIXADOS ANTES DA SESSÃO PÚBLICA E DA VINCULAÇÃO À DECISÃO DA IMPUGNAÇÃO

Outro elemento fundamental para o julgamento consiste no fato de que diversas questões suscitadas no recurso já haviam sido objeto de controvérsia antes da abertura do certame.

Quando do julgamento da impugnação apresentada ao Edital, a Administração explicitou a forma pela qual seriam interpretadas e aplicadas determinadas exigências de qualificação técnica.

Ao final daquela decisão, ficou expressamente consignado que os esclarecimentos e interpretações nela estabelecidos deveriam ser observados uniformemente em relação a todos os participantes, em consonância com os princípios da legalidade, isonomia, vinculação ao instrumento convocatório, julgamento objetivo, competitividade, proporcionalidade, motivação, eficiência e segurança jurídica.

A decisão esclareceu, ainda, que não estava criando requisitos novos, modificando materialmente o Edital ou introduzindo condições inexistentes, mas explicitando a interpretação das regras já estabelecidas.

Esse aspecto possui especial relevância.

Não seria juridicamente coerente que, após a realização da sessão e conhecida a identidade das participantes, a Administração adotasse interpretação substancialmente diferente daquela que havia publicamente fixado antes da disputa.

A segurança jurídica, a vinculação ao instrumento convocatório, a isonomia e a proteção da confiança exigem coerência na aplicação dos critérios previamente estabelecidos.

É, portanto, sob esse referencial interpretativo — anterior e impessoal — que devem ser apreciadas as alegações da Recorrente.

V – DOS QUANTITATIVOS MÍNIMOS DE CAPACIDADE TÉCNICA

A Recorrente questiona a suficiência dos quantitativos comprovados pela Recorrida, desenvolvendo cálculos individualizados em relação a determinadas modalidades de procedimentos.

A alegação não procede.

A metodologia aplicável à aferição do requisito foi expressamente esclarecida pela Administração antes da sessão pública, quando do julgamento da impugnação.

Ficou estabelecido que a aferição ocorreria por agrupamento das parcelas relevantes.

Quanto às castrações, correspondentes aos itens 1 a 8, considerou-se o quantitativo global de 6.960 procedimentos, do qual resulta exigência de comprovação de 3.480 castrações.

Quanto aos exames, correspondentes aos itens 9, 10, 11 e 16, considerou-se o quantitativo global de 32.676 procedimentos, resultando na exigência de 16.338 exames.

A decisão também estabeleceu que as castrações poderiam ser somadas entre as respectivas modalidades, sem quantitativos mínimos individualizados por espécie, sexo ou faixa de peso, aplicando-se a mesma lógica aos exames veterinários pertencentes ao respectivo grupo.

Admitiu-se, ainda, o somatório de atestados, sem concentração obrigatória da experiência em um único contrato ou documento.

Não cabe, portanto, em sede recursal, decompor novamente esses grupos para criar percentuais mínimos individualizados que não foram estabelecidos pelo Edital nem pela interpretação administrativa divulgada anteriormente à disputa.

A propósito, o TCU reafirmou recentemente, no Acórdão nº 1.742/2026-Plenário, Rel. Min. Benjamin Zymler, que os critérios destinados à aferição da capacidade técnico-operacional devem possuir delimitação clara

e verificável, justamente para impedir avaliações discricionárias incompatíveis com os princípios da motivação e do julgamento objetivo.

Aplicar agora metodologia quantitativa diferente daquela previamente explicitada produziria precisamente o resultado que a jurisprudência procura evitar: alteração do critério objetivo depois de conhecida a documentação dos participantes.

Mantém-se, portanto, a metodologia previamente estabelecida e utilizada pela SEAGR.

VI – DO ATESTADO EMITIDO PELO MUNICÍPIO DE MACAÉ

A Recorrente formula questionamentos acerca do atestado emitido pelo Município de Macaé, especialmente em razão dos quantitativos nele registrados, sustentando a necessidade de confirmação mediante

contratos, termos aditivos, notas de empenho, notas fiscais e boletins de medição.

Também neste ponto não se verifica fundamento suficiente para afastar a conclusão técnica.

O documento apresentado identifica a relação contratual e declara a efetiva prestação dos serviços nele discriminados.

A Recorrente não apresentou prova documental de falsidade, declaração do órgão emitente negando seu conteúdo, incompatibilidade documental objetivamente demonstrada ou qualquer outro elemento dotado de força suficiente para retirar, de plano, a eficácia probatória do atestado.

Quantitativos elevados, números considerados "redondos" ou conjecturas extraídas de informações contábeis não equivalem, por si, à demonstração de falsidade do documento.

O atestado foi submetido à unidade técnica competente e considerado suficiente pela SEAGR no contexto da documentação de qualificação técnica apresentada, culminando em conclusão favorável à habilitação.

A Administração não pode presumir falsidade de documento regularmente apresentado exclusivamente porque a parte adversa considera seus quantitativos elevados.

Havendo prova concreta de falsidade ou inexatidão, evidentemente caberia à Administração adotar as providências legais pertinentes. Não é essa, entretanto, a situação documental atualmente demonstrada nos autos.

Por conseguinte, inexistem elementos suficientes para afastar o atestado ou superar a conclusão técnica da SEAGR.

VII – DO ATESTADO EMITIDO PELA AGNC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

A Recorrente questiona também a idoneidade do atestado emitido pela **AGNC COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**, formulando objeções relacionadas, entre outros aspectos, ao ramo de atuação da pessoa jurídica emitente.

A alegação, isoladamente considerada, não constitui fundamento para afastamento do documento.

A capacidade técnico-operacional deve ser aferida em função da experiência efetivamente comprovada pela licitante e de sua pertinência com o objeto, e não exclusivamente em razão da classificação econômica ou do ramo empresarial do contratante que emitiu o atestado.

Essa conclusão encontra reforço direto na jurisprudência recente do Tribunal de Contas da União.

No Acórdão nº 2.215/2026-Plenário, Rel. Min. Antonio Anastasia, o TCU assentou ser irregular restringir, sem justificativa técnica, os possíveis emissores de atestados a determinados segmentos econômicos, destacando que a qualificação operacional deve ser examinada por parâmetros objetivos relacionados à experiência pregressa e à complexidade do objeto, e não simplesmente pela natureza jurídica ou pelo ramo de atuação do emitente.

É justamente o raciocínio aplicável ao caso.

A mera circunstância de a pessoa jurídica emitente possuir determinada atividade econômica não constitui prova de que os serviços atestados não foram contratados ou executados.

Não havendo prova objetiva de falsidade e tendo a documentação sido examinada pela SEAGR no âmbito da qualificação técnica, não se identifica fundamento suficiente para afastar a conclusão especializada.

VIII – DO ATENDIMENTO 24 HORAS

A Recorrente procura infirmar a capacidade operacional da Recorrida mediante referência a publicação comercial que indicaria determinado horário de atendimento ao público.

O argumento não é suficiente.

Horário comercial divulgado ao público não se confunde necessariamente com disponibilidade de equipe, regime de plantão, internação integral ou atendimento assistencial fora do horário ordinário.

A inferência pretendida pela Recorrente exigiria pressupor que qualquer estabelecimento que divulgue determinado horário comercial

necessariamente interrompa todas as suas atividades assistenciais, plantões e internações fora desse período.

Não há elemento suficiente nos autos para estabelecer essa equivalência.

Além disso, a documentação de qualificação técnica da Recorrida foi submetida à SEAGR, que concluiu pelo atendimento integral dos requisitos técnicos examinados.

A própria decisão da impugnação reconheceu que as exigências estabelecidas no certame guardam relação com riscos concretos associados à continuidade assistencial, atendimento 24 horas, internação, isolamento, procedimentos cirúrgicos, exames, transporte e disponibilidade profissional, demonstrando que esses aspectos integraram a concepção técnica da contratação e foram conhecidos pela unidade demandante.

Não se mostra juridicamente adequado substituir a avaliação técnica da Secretaria por inferência decorrente exclusivamente de publicidade comercial apresentada pela concorrente.

IX – DA ESTRUTURA OPERACIONAL

Também não prospera a alegação relativa à necessidade de demonstração antecipada de toda a estrutura que será utilizada na futura execução contratual.

Essa matéria foi expressamente solucionada no julgamento da impugnação.

A Administração distinguiu:

I. a demonstração da capacidade técnico-operacional pretérita da licitante, relacionada à experiência na execução dos serviços; e

II. a efetiva implantação e disponibilização da estrutura destinada à futura execução contratual.

Ficou esclarecido que a exigência de capacidade técnico-operacional não obriga todas as participantes a reproduzir antecipadamente a futura estrutura contratual, inclusive porque a implantação da estrutura destinada à execução possui momento próprio de comprovação.

A Administração também consignou que não havia exigência de que a experiência anterior tivesse sido adquirida em Araruama ou mesmo no Estado do Rio de Janeiro.

Portanto, acolher a tese recursal significaria modificar, depois da sessão, interpretação administrativa que havia sido divulgada previamente e deveria ser aplicada indistintamente a todos.

A SEAGR examinou a documentação apresentada pela **F F PERES** sob esse referencial e concluiu favoravelmente à sua capacidade técnica.

Não se identifica elemento técnico suficiente para afastar essa conclusão.

X – DA EQUIPE PROFISSIONAL E DAS FORMAS DE VÍNCULO

A Recorrente questiona os vínculos profissionais apresentados pela **F F PERES** e sustenta insuficiência da equipe indicada.

Novamente, a questão já havia sido objeto de esclarecimento anterior à sessão.

A decisão da impugnação estabeleceu expressamente que a expressão "quantitativo suficiente" não seria utilizada para criação, durante o julgamento, de número mínimo oculto ou critério eliminatório não previamente estabelecido, devendo o dimensionamento guardar

compatibilidade com a demanda, cobertura assistencial e obrigações objetivamente previstas no Edital e no Termo de Referência.

Também foi expressamente afastada a interpretação de que somente seria admitido vínculo empregatício.

A decisão registrou que o instrumento convocatório admite diferentes formas juridicamente válidas de comprovação do vínculo profissional, incluindo contrato social, vínculo empregatício e contrato de prestação de serviços.

A Recorrida apresentou relação de profissionais e documentação relativa aos respectivos vínculos e registros, submetida à análise da SEAGR.

A unidade técnica considerou suficiente a documentação e concluiu pelo atendimento dos requisitos técnicos.

Consequentemente, não é possível transformar, em sede recursal, uma das modalidades juridicamente admitidas pelo próprio instrumento convocatório em causa de inabilitação.

Fazer isso violaria a vinculação ao Edital, o julgamento objetivo e, principalmente, a interpretação uniforme que a Administração anunciou antes da sessão.

XI – DO VEÍCULO

A Recorrente questiona o veículo Fiat/Fiorino indicado pela Recorrida, inclusive porque o CRLV juntado contém referência ao exercício de 2023.

A circunstância apontada merece registro, mas não conduz automaticamente à inabilitação.

Conforme consta das contrarrazões, a Recorrida apresentou contrato de locação do veículo, documento de identificação e declaração de disponibilidade.

A exigência editalícia relacionada à qualificação técnica deve ser aplicada nos limites em que foi estabelecida, não sendo possível criar, em sede recursal, condição autônoma de habilitação não expressamente prevista.

Isso não significa reconhecer ou declarar, nesta decisão, a atual regularidade do licenciamento do veículo perante o órgão de trânsito.

Significa apenas reconhecer que a circunstância apontada pela Recorrente não desconstitui, por si só, a comprovação da disponibilidade examinada pela unidade técnica para os fins específicos da habilitação.

Naturalmente, durante a execução contratual, eventual veículo utilizado deverá permanecer em condições legais, técnicas, sanitárias e

operacionais compatíveis com as exigências aplicáveis, cabendo à fiscalização contratual exigir integral observância dessas condições.

Não se confundem, portanto, requisito de habilitação e obrigação de execução.

XII – DA ALEGADA INSUFICIÊNCIA DO PARECER TÉCNICO DA SEAGR

A Recorrente dedica parcela relevante de suas razões à comparação entre a extensão e o nível de detalhamento dos pareceres técnicos emitidos em relação às diferentes participantes.

A tese não prospera.

Não existe exigência legal de identidade formal, número equivalente de páginas ou reprodução da mesma estrutura argumentativa em manifestações técnicas referentes a documentos distintos.

O que a ordem jurídica exige é motivação suficiente para permitir compreender a conclusão administrativa.

No caso concreto, a SEAGR examinou a documentação da **F F PERES** e concluiu expressamente pelo atendimento integral dos requisitos técnicos e pela aptidão da licitante.

A conclusão é clara, determinada e emitida pelo órgão tecnicamente competente.

O recurso não demonstra erro técnico objetivo capaz de retirar sua validade.

É necessário distinguir discordância com a conclusão técnica de ausência de análise técnica.

A primeira é inerente ao contraditório e pode ser exercida pela parte interessada. A segunda, se efetivamente demonstrada, poderia comprometer a motivação do ato.

No presente caso, houve análise e conclusão expressa da SEAGR.

A circunstância de outro parecer possuir maior extensão não converte automaticamente o parecer favorável à Recorrida em manifestação insuficiente.

A própria jurisprudência do TCU enfatiza a necessidade de critérios objetivos na aferição da capacidade técnico-operacional. O Acórdão nº 1.742/2026-Plenário relaciona justamente objetividade, motivação e julgamento técnico verificável.

E foi precisamente dentro dos critérios objetivos do Edital e dos esclarecimentos previamente publicados que a SEAGR realizou sua avaliação.

Assim, ratifica-se, para fins deste julgamento recursal, a suficiência do parecer técnico emitido pela SEAGR, não havendo fundamento para sua anulação.

XIII – DAS DILIGÊNCIAS PRETENDIDAS PELA RECORRENTE

A Recorrente requer extensa série de diligências, envolvendo requisição de contratos, termos aditivos, empenhos, notas fiscais, medições, ordens de serviço, prontuários, escalas e registros de ponto, confirmações junto a terceiros e realização de vistorias, inclusive sem aviso prévio e em horário noturno.

O pedido não deve ser acolhido.

A diligência constitui instrumento de instrução colocado à disposição da Administração para esclarecer dúvidas relevantes, confirmar informações ou apurar fatos necessários à decisão.

Ela não constitui mecanismo automático de revalidação de toda documentação apresentada por uma licitante sempre que concorrente formule suspeita sobre seu conteúdo.

O art. 64 da Lei nº 14.133/2021 disciplina a matéria e admite, entre outras hipóteses, diligências destinadas à complementação de informações acerca de documentos já apresentados, quando necessária à apuração de fatos existentes à época pertinente.

A jurisprudência do TCU igualmente reconhece a diligência como instrumento legítimo para esclarecimento e comprovação de condições preexistentes, não se confundindo, contudo, com etapa obrigatória e indiscriminada de auditoria sobre todo documento de habilitação. No presente caso, a documentação foi examinada pela unidade técnica competente e considerada suficiente.

No presente caso, a documentação foi examinada pela unidade técnica competente e considerada suficiente.

As razões recursais não apresentaram prova objetiva de falsidade documental ou elemento de tal gravidade que torne indispensável a ampla investigação pretendida.

As próprias contrarrazões corretamente reconhecem que eventual diligência poderia ser realizada caso a Administração identificasse dúvida concreta que a justificasse, sem que isso transforme toda alegação da concorrente em causa automática de investigação.

Não se identifica, no presente momento, lacuna instrutória que impeça a formação segura da convicção administrativa.

Por essas razões, indeferem-se as diligências requeridas, sem prejuízo, evidentemente, do poder-dever da Administração de apurar

posteriormente qualquer fato novo ou elemento concreto que venha a indicar irregularidade documental ou material.

XIV – DA ISONOMIA E DO PEDIDO SUBSIDIÁRIO DE REVISÃO DA INABILITAÇÃO DA RECORRENTE

A **BOM PASTOR** sustenta, subsidiariamente, que eventual interpretação favorável à documentação da **F F PERES** deveria ser estendida à sua própria situação, sob pena de violação da isonomia.

A premissa abstrata é correta: os critérios de julgamento devem ser aplicados uniformemente a todos os participantes.

A consequência pretendida, contudo, não decorre da premissa.

Isonomia significa aplicação das mesmas regras e dos mesmos critérios a situações equivalentes. Não significa identidade necessária de

resultado quando os documentos e as situações materiais das licitantes são distintos.

A decisão da impugnação foi explícita ao determinar aplicação uniforme das interpretações nela estabelecidas.

Foi exatamente esse o critério utilizado.

O parecer técnico referente à BOM PASTOR apontou fundamentos próprios para sua inabilitação, relacionados à documentação por ela apresentada, concluindo tecnicamente pelo não atendimento das exigências examinadas.

Já a documentação da **F F PERES** foi examinada pela mesma unidade técnica, que alcançou conclusão favorável.

Não há violação à isonomia simplesmente porque a aplicação da mesma norma a conjuntos documentais diferentes conduziu a resultados distintos.

Além disso, consta do procedimento fundamento autônomo relacionado ao descumprimento do item 8.4.2 do Edital pela Recorrente, decorrente da inserção da proposta comercial juntamente com os documentos de habilitação, antecipando conteúdo que deveria permanecer sob sigilo até o momento procedimental próprio.

Assim, mesmo a eventual superação isolada de algum fundamento técnico não conduziria automaticamente à habilitação da Recorrente sem o enfrentamento dos demais fundamentos autônomos registrados no procedimento.

Não procede, portanto, o pedido subsidiário.

XV – DA AUSÊNCIA DE ELEMENTOS PARA REFORMA DA DECISÃO

Após análise integral das razões recursais e das contrarrazões, não se identificou elemento capaz de desconstituir a conclusão técnica da SEAGR ou demonstrar violação aos critérios estabelecidos no Edital.

Ao contrário, verifica-se que parcela significativa das teses recursais pressupõe interpretação das exigências de habilitação diversa daquela que a Administração já havia expressamente estabelecido antes da sessão pública.

A adoção dessa nova interpretação após conhecida a documentação dos participantes seria incompatível com a segurança jurídica, a isonomia, o julgamento objetivo e a vinculação ao instrumento convocatório.

Também não se identificou prova objetiva de falsidade dos atestados, inexistência da capacidade técnica declarada ou erro técnico manifesto na análise realizada pela SEAGR.

O controle exercido pelo Pregoeiro sobre a manifestação especializada foi realizado.

Não foram encontrados elementos que imponham sua superação.

Consequentemente, mantém-se a conclusão técnica da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Proteção Animal – SEAGR, reputando-se suficiente a manifestação emitida durante o certame para subsidiar a decisão de habilitação da **F F PERES CLÍNICA VETERINÁRIA LTDA.**

XVI – DECISÃO

Diante de todo o exposto, considerando as razões recursais apresentadas pela **BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA**, as contrarrazões apresentadas pela **F F PERES CLÍNICA VETERINÁRIA LTDA**, a documentação constante dos autos, o Edital e seus anexos, a decisão anteriormente proferida no julgamento da impugnação ao instrumento convocatório, o parecer técnico emitido pela Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Proteção Animal – SEAGR, a Lei Federal nº 14.133/2021 e a jurisprudência aplicável, **DECIDO**:

I. **CONHECER** do recurso administrativo interposto pela **BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA**, por ser tempestivo e preencher os demais pressupostos de admissibilidade;

II. **CONHECER** das contrarrazões apresentadas pela **F F PERES CLÍNICA VETERINÁRIA LTDA**, igualmente tempestivas;

III. **NO MÉRITO, NEGAR PROVIMENTO AO RECURSO ADMINISTRATIVO**, pelos fundamentos expostos nesta decisão;

IV. **MANTER** a decisão que declarou **HABILITADA** a empresa **F F PERES CLÍNICA VETERINÁRIA LTDA**, considerando a documentação apresentada e, especialmente, a conclusão técnica emitida pela SEAGR, que reputou atendidos os requisitos técnicos aplicáveis;

V. **MANTER** a **INABILITAÇÃO** da empresa **BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA**, pelos fundamentos técnicos e procedimentais anteriormente

registrados no certame e não afastados pelas razões recursais;

VI. **INDEFERIR** os pedidos de anulação do parecer técnico e de realização das diligências requeridas pela Recorrente, por não se identificar, diante do conjunto documental existente, dúvida objetiva que torne tais providências indispensáveis à formação da convicção administrativa, sem prejuízo do poder-dever de apuração caso sobrevenham fatos novos ou elementos concretos indicativos de irregularidade;

VII. **ACOLHER** as contrarrazões da **F F PERES CLÍNICA VETERINÁRIA LTDA** naquilo em que compatíveis com os fundamentos desta decisão; e

VIII. **MANTER** os demais atos válidos praticados no certame.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ARARUAMA
ESTADO DO RIO DE JANEIRO
SECRETARIA EXECUTIVA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
COMISSÃO DE LICITAÇÃO

Processo Nº 26879/2026

Ass.: _____ Fls. 77

Nos termos do art. 165, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, não havendo reconsideração do ato recorrido, encaminhem-se os autos, acompanhados desta decisão motivada, à Autoridade Superior competente para apreciação e decisão, observados os prazos legais.

Araruama, 01 de outubro de 2026.

CAIO BENITES RANGEL
PREGOEIRO

Pregão Eletrônico SRP nº 045/2026 | Processo Administrativo nº 10.257/2026

Recorrente: **BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA.**

Recorrida: **F F PERES CLÍNICA VETERINÁRIA LTDA.**

Vieram os autos a esta Autoridade Competente para apreciação do recurso administrativo interposto pela empresa **BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA.**, no âmbito do Pregão Eletrônico SRP nº 045/2026, após manutenção, pelo Pregoeiro, da decisão anteriormente adotada no certame.

Consta dos autos que a Recorrente se insurge contra a habilitação da empresa **F F PERES CLÍNICA VETERINÁRIA LTDA.**, suscitando questionamentos relacionados à qualificação técnica da licitante, aos atestados apresentados, aos quantitativos considerados, à experiência temporal, à estrutura operacional, ao atendimento em regime de 24 horas, à disponibilidade de veículo e à composição da equipe profissional.

A Recorrida apresentou contrarrazões, defendendo a regularidade de sua habilitação e a manutenção dos atos praticados.

Recurso e contrarrazões foram apresentados tempestivamente por meio da Plataforma LICITANET.

Após examinar a matéria, o Pregoeiro manteve a decisão recorrida e encaminhou os autos a esta Autoridade, na forma do art. 165, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021. A decisão submetida à apreciação desta instância manteve a habilitação da **F F PERES** e a inabilitação da **BOM PASTOR**, além de afastar os pedidos de anulação do parecer técnico e de realização das diligências pretendidas pela Recorrente.

Passo à decisão.

Examinadas as razões apresentadas pelas partes e os elementos que instruem o procedimento, não verifico motivo suficiente para modificar a decisão submetida à apreciação desta Autoridade.

PROCESSO Nº 20679
FLS. 78
ASSINATURA/CARIMBO

A controvérsia recursal está concentrada, em grande medida, na qualificação técnico-operacional da empresa declarada habilitada. Nesse aspecto, assume especial relevância a manifestação técnica produzida no âmbito da Secretaria Municipal de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Proteção Animal – SEAGR, unidade demandante da contratação e responsável pela análise especializada dos requisitos relacionados ao objeto.

A documentação apresentada pela **F F PERES CLÍNICA VETERINÁRIA LTDA.** foi submetida à análise técnica no âmbito desta Secretaria, tendo a manifestação especializada concluído favoravelmente quanto ao atendimento dos requisitos técnicos examinados.

Examinados os questionamentos formulados pela Recorrente e confrontados com a documentação constante dos autos, esta Autoridade não identifica elemento técnico objetivo capaz de infirmar as conclusões alcançadas na manifestação especializada produzida no âmbito da SEAGR, razão pela qual as ratifica para fins do presente julgamento recursal.

Com efeito, as alegações recursais, embora devidamente consideradas, não vieram acompanhadas de elementos capazes de evidenciar falsidade dos documentos apresentados, erro técnico determinante ou descumprimento objetivamente comprovado das condições de habilitação.

A circunstância de a manifestação técnica favorável à **F F PERES** possuir estrutura ou extensão diferente daquela produzida em relação a outra participante tampouco é suficiente para caracterizar tratamento desigual.

Pareceres referentes a conjuntos documentais distintos não precisam apresentar idêntica extensão ou redação. O aspecto relevante é saber se a unidade competente examinou a documentação que lhe foi submetida e alcançou conclusão apta a subsidiar a decisão administrativa.

No caso, essa análise ocorreu.

Também merece consideração o fato de que parte das controvérsias levantadas no recurso já havia sido examinada pela Administração antes da realização da sessão pública, quando do julgamento da impugnação apresentada ao Edital.

PROCESSO Nº 20679
FLS. 79
ASSINATURA/CARIMBO

Naquela oportunidade foram esclarecidos critérios relacionados à aferição dos quantitativos de experiência, possibilidade de somatório de atestados, estrutura operacional e formas admitidas de comprovação dos vínculos profissionais.

Essas orientações antecederam a disputa e foram estabelecidas sem conhecimento do resultado futuro do certame. Por essa razão, devem permanecer como parâmetro para a avaliação das licitantes, evitando-se que a interpretação das regras seja alterada depois de conhecida a documentação apresentada por cada participante.

A adoção de entendimento diverso nesta fase poderia, inclusive, comprometer a igualdade de tratamento, o julgamento objetivo e a segurança jurídica do procedimento.

No que se refere especificamente aos quantitativos de experiência, não há fundamento para estabelecer, agora, percentuais mínimos individualizados para procedimentos quando a Administração já havia esclarecido que a aferição seria realizada pelos agrupamentos definidos para castrações e exames.

Da mesma forma, quanto à estrutura operacional, não se pode confundir a demonstração de experiência pretérita para fins de qualificação com a obrigação de implantação da estrutura destinada à execução do futuro contrato, cujo atendimento deverá ocorrer no momento e nas condições estabelecidas no instrumento convocatório.

Em relação à equipe técnica, também não se mostra adequada a adoção de interpretação que restrinja a comprovação do vínculo profissional a modalidade diversa das formas anteriormente admitidas pela própria Administração.

Quanto aos atestados questionados pela Recorrente, não foram apresentados elementos objetivos suficientes para retirar sua eficácia.

A discordância quanto aos quantitativos registrados, o ramo de atividade de pessoa jurídica privada que tenha contratado serviços ou a percepção de que determinados números seriam elevados não constituem, isoladamente, prova de irregularidade.

Em matéria de capacidade técnico-operacional, importa verificar a pertinência da experiência comprovada com as exigências necessárias à execução do objeto. A manifestação técnica constante dos autos considerou suficiente a documentação apresentada pela **F F PERES**, não havendo nos autos elemento técnico conclusivo em sentido contrário.

PROCESSO Nº 20679
FLS. 80
ASSINATURA/CARIMBO

O mesmo raciocínio se aplica à alegação relacionada ao atendimento em regime de 24 horas.

A informação de horário comercial divulgada ao público não permite concluir, isoladamente, pela inexistência de plantão, internação ou disponibilidade assistencial em período diverso. Para que essa circunstância afastasse a documentação considerada pela área técnica, seria necessária demonstração objetiva da incompatibilidade alegada, o que não se verifica nos elementos apresentados.

Quanto ao veículo indicado pela licitante, o documento referente ao exercício de 2023, apontado pela Recorrente, não é suficiente, por si só, para afastar a comprovação da disponibilidade considerada na habilitação. Isso não dispensa, evidentemente, a futura contratada de manter, durante a execução, veículos plenamente regulares e adequados às exigências legais, sanitárias e operacionais pertinentes.

Também não identifico necessidade de determinar as extensas diligências requeridas pela Recorrente.

A diligência constitui importante instrumento de instrução administrativa, mas sua realização pressupõe necessidade concreta de esclarecimento para formação da convicção da Administração. Não se destina, automaticamente, à realização de investigação ampla sobre cada documento apresentado sempre que outro participante manifeste dúvida ou suspeita.

No presente caso, a instrução existente permite a formação de convicção administrativa, tendo a documentação técnica sido submetida ao setor competente e considerada suficiente.

Caso surja posteriormente fato novo ou elemento concreto indicativo de irregularidade documental, permanece íntegro o dever da Administração de promover a correspondente apuração. Essa possibilidade, contudo, não torna necessária a realização das providências pretendidas pela Recorrente neste momento.

Por fim, também não prospera a pretensão de revisão da própria inabilitação da **BOM PASTOR** exclusivamente a partir da comparação com o tratamento conferido à **F F PERES**.

PROCESSO Nº 6679
FLS. 81
ASSINATURA/CARIMBO

O princípio da isonomia exige aplicação uniforme dos critérios de julgamento, mas não impõe resultados idênticos quando são diferentes os documentos e as situações submetidas à Administração.

A documentação da **BOM PASTOR** recebeu avaliação própria da SEAGR, que identificou motivos técnicos para sua inabilitação. A decisão recorrida também registrou fundamento procedimental autônomo relacionado à inserção da proposta comercial com a documentação de habilitação, em desacordo com o item 8.4.2 do Edital.

Portanto, a manutenção da habilitação da **F F PERES** não conduz, lógica ou juridicamente, à revisão automática da situação da Recorrente.

A análise dos autos revela, assim, que a decisão adotada pelo Pregoeiro encontra suporte na documentação do procedimento, na manifestação técnica da SEAGR e nos critérios previamente estabelecidos pela Administração para aplicação das regras do certame.

Não identifico ilegalidade, erro técnico demonstrado ou fato novo capaz de justificar sua reforma.

DECISÃO

Ante o exposto, considerando os elementos constantes dos autos e no exercício da competência prevista no art. 165, §2º, da Lei Federal nº 14.133/2021, **DECIDO:**

I. **CONHECER** do recurso administrativo interposto pela empresa **BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA.**, porquanto presentes os pressupostos de admissibilidade;

II. **NO MÉRITO, NEGAR-LHE PROVIMENTO**, mantendo a decisão recorrida;

III. **MANTER A HABILITAÇÃO** da empresa **F F PERES CLÍNICA VETERINÁRIA LTDA.**, diante do conjunto documental constante dos autos e das conclusões da manifestação técnica especializada produzida no âmbito da SEAGR, ora ratificadas por esta Autoridade Competente;

PROCESSO Nº 20679
FLS. 52
ASSINATURA/CARIMBO

IV. **MANTER A INABILITAÇÃO da empresa BOM PASTOR COMÉRCIO E SERVIÇOS VETERINÁRIOS LTDA., pelos fundamentos próprios constantes dos autos, não afastados pelas razões recursais;**

V. **INDEFERIR** os pedidos de anulação do parecer técnico e de realização das diligências requeridas, por não se mostrarem necessárias à formação da convicção administrativa diante da instrução existente;

VI. **RATIFICAR** a decisão proferida pelo Pregoeiro, por seus próprios fundamentos e pelas razões complementares consignadas na presente decisão; e

VII. **DETERMINAR** o regular prosseguimento do Pregão Eletrônico SRP nº 045/2026, com a adoção das providências subsequentes cabíveis.

Dê-se ciência aos interessados.

Proceda-se ao registro da decisão na Plataforma LICITANET e às demais providências pertinentes ao prosseguimento do certame.

Araruama/RJ, 02 de outubro de 2026.

Eduardo da Conceição Nunes
Subsecretário de Agricultura, Abastecimento, Pesca e Proteção Animal
Matrícula 16314-7

Recebido em 02/10/26 às 11:33H

PROCESSO Nº 20679
FLS. 83
ASSINATURA/CARIMBO